

RELATÓRIO DE GESTÃO

do Exercício de 2010

Superintendência Regional do Estado do Ceará



Fortaleza, 2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
WAGNER GONÇALVES ROSSI
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD
MILTON ELIAS ORTOLAN
Presidente

EVANGELDO MOREIRA DOS SANTOS
MILTON ELIAS ORTOLAN
BOAVENTURA TEODORO DE LIMA
EDILSON GUIMARÃES
GUILHERME DA COSTA DELGADO
Membros

CONSELHO FISCAL – CONFIS
PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE
FRANCISCO WAYNE MOREIRA
WESLEY JOSÉ GADÊLHA BEIER
Membros

Diretoria Colegiada
EVANGELDO MOREIRA DOS SANTOS
Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo

AMAURY PIO CUNHA
Diretor Financeiro

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
Diretor de Operações e Abastecimento
SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ
FRANCISCO DE PAIVA DANTAS
Superintendente

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO – GEFAD
NEURIMAR ALVES DOS SANTOS MELO
Gerente Financeiro e Administrativo

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO – GEOSE
JOSÉ AFONSO CAVALCANTI
Gerente de Operações

Elaboração
Marcelino Vianna da Silva Filho
Anastácio Jorge Rocha Fontelles
Davi Azim Filho

Superintendência Regional do Ceará
Endereço: Rua Antonio Pompeu, 555 - Centro **CEP:** 60040-0000

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 107/2010, da Portaria TCU n.º 277/2010 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Fortaleza, maio / 2011

Sumário

Lista de Siglas.....	5
Apresentação.....	9
2 – Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária.....	12
2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	12
2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização.....	14
2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.....	17
2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.....	18
2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas.....	19
2.1.5 – Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários.....	23
2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	25
a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos.....	25
b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar.....	26
c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos.....	27
d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte.....	27
e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros.....	28
2.3 – Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade.....	28
2.3.1- Relação dos Programas.....	28
2.3.2 – Principais Ações do Programa.....	30
2.3.2.1 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos.....	30
2.3.2.2-(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	32
2.3.2.3 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	35
2.3.2.4 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	38
2.3.2.5 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	41
2.3.2.6 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	43
2.3.2.7 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.....	47
2.3.2.8 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	49
a) Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas.....	50
b) Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização.....	51
2.3.2.9 - (2130) Formação de Estoques Públicos.....	51
2.3.2.10 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	54
2.3.2.11 - (2272) Gestão e Administração do Programa.....	55
2.3.2.12 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	57
2.3.2.13 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	59
a) Safra 2009/10.....	61
b) Safra 2010/11.....	61
2.3.2.14 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	63
2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades.....	66
2.3.3.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos.....	66
a) Programa Vendas em Balcão.....	66
2.3.3.2 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	68
a) Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.....	69
2.3.3.3 – Serviços de Armazenagem.....	70

2.3.3.4 – Remoção de Produto.....	70
2.3.3.5 – Participação na Execução do Fome Zero.....	70
a) Doação de Feijão dos Estoques Públicos.....	71
b) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar.....	71
2.3.3.6 – Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar.....	71
2.3.3.7 – Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA.....	72
2.3.3.7.1 – Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS.....	74
a) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	76
b) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.....	77
c) Execução Orçamentária.....	77
2.3.3.7.2 – Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.....	77
a) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque).....	78
b) Remoção dos Estoques.....	78
c) Execução Orçamentária.....	79
2.3.3.7.3 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS.....	79
a) Aquisição de Gêneros Alimentícios.....	84
b) Distribuição de Cestas de Alimentos.....	84
c) Execução Orçamentária.....	85
2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	85
2.4.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	85
2.4.2 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	88
2.4.3- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	88
2.4.4 – Execução Física das Ações.....	91
a) Cumprimento das Metas Físicas.....	91
b) Ações que apresentaram problemas de execução.....	91
3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	100
4 – Restos a Pagar no Exercício e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	100
4.1 - Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	100
4.2 - Análise Crítica.....	100
No que tange aos valores correspondentes a Restos a Pagar não Processados, exercício de 2010, refere-se aquisições de bens destinados as Unidades Operacionais, cujas aquisições ocorreram no ano sob análise e que tiveram os pagamentos postergados para o exercício seguinte.	100
5- Composição dos Recursos Humanos.....	101
5.1 - Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos humanos.....	106
6 – Informações sobre Transferências.....	113
7 – Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.....	114
a) Declaração do Siconv.....	114
b) Declaração do Siasg.....	115
8 – Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei n.º 8.730/93.....	116
9 – Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno.....	117
10 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	119
11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	121
a) Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	121
b) Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	121
c) Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da UJ.....	121
12 – Gestão da Tecnologia da Informação.....	122
12.1 – Planejamento da área.....	123
12.2 – Perfil dos Recursos Humanos envolvidos.....	124
12.3 – Segurança da Informação.....	124
12.3.1 – Segurança Lógica.....	124

12.3.2 – Segurança Física.....	126
12.4 – Desenvolvimento e produção de sistemas.....	126
12.4.1 – Relação de sistemas entregues em 2010.....	127
12.4.2 – Relação de sistemas mantidos em 2010.....	129
12.5 – Contratação e gestão de bens e serviços de TI.....	129
12.5.1 – Aquisição de Equipamentos.....	130
12.5.2 - Contratação de serviços de TI.....	130
12.6 – Portal da Companhia.....	131
13 – Informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal.....	132
14 – Renúncias Tributárias.....	132
15 – Atendimento às Determinações do TCU.....	133
a) Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	133
17 – Outras Informações Relevantes para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício de 2010.....	133
18 – Informações Contábeis da Gestão.....	134
a) Declaração do Contador.....	134
b) Demonstrações contábeis Previstas na Lei n.º 4,320/64.....	134
c) Demonstrações Contábeis Lei n.º 6.404/76.....	135
18.4 – Informações Sobre a Composição Acionária do Capital Social.....	154
18.5 – Parecer da Auditoria Independente.....	158
19 – Informação sobre a Remuneração paga aos Administradores.....	159
19.1 – Remuneração paga aos Administradores.....	159
20 – Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.....	163
20.1 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:.....	163
a) Identificação da Entidade.....	163
b) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes.....	163
c) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes.....	164
d) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB.....	164
e) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab.....	166
f) Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições.....	166
g) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal.....	166
h) Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar.....	168
i) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.	168
20.2–Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, como disposto no art.25 da Lei Complementar n.º108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.....	181

Lista de Siglas

ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
AGF	Aquisições do Governo Federal
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CGU	Controladoria Geral da União
DIRAD	Diretoria Administrativa
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIFIN	Diretoria Financeira
GEVEP	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
GECAD	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
LOA	Lei do Orçamento Anual
LFT	Letras Financeiras do Tesouro
MAPA	Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministérios do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PPA	Plano Plurianual
PGPM	Política de Garantia do Preço Mínimo
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEDRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SPA	Secretaria de Política Agrária
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar
SINAC	Sistema Nacional de Comercialização
SUARM	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
FIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUMOC	Superintendência de Modernização e Capacitação
SUREH	Superintendência de Recursos Humanos
REG/CE	Superintendência Regional do Ceará
TPF	Tabela de Participação Financeira

Lista de Quadros e Figuras

Quadro	Título	Pág
I	Identificação da Unidade	009
II	Demonstrativo da Execução da Execução Física e Financeira – Exames Periódicos	030
III	Demonstrativo da Execução Física e Financeira - SAS	031
IV	Elemento de Despesas – 2007 a 2010	032
V	Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio – Alimentação aos Servidores e Empregados	034
VI	Evolução do Auxílio – Alimentação	035
VII	Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio – Transporte aos Servidores e Empregados	038
VIII	Resultados / Execução Física e Orçamentária	038
IX	Demonstrativo da Execução da Ação Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras	040
X	Demonstrativo de Execução da Despesa	041
XI	Quantitativo de Armazéns Cadastrados/SUREG-CE e CONAB/Exercício 2009 e 2010	042
XII	Demonstrativo da Execução da Ação Capacidade de Servidores	043
XIII	Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento	044
XIV	Metas e Resultados – Exercícios 2008 a 201	044
XV	Demonstrativo das Despesas realizadas	045
XVI	Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais	047
XVII	Demonstrativo de Execução da Despesa	047
XVIII	Demonstrativo da Execução da Ação Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos	049
XIX	Quantitativo de Estoques Públicos Fiscalização/2009 e 2010	049
XX	Instrumentos de Apoio à Comercialização/Quantitativo 2007 a 2010	050
XXI	Demonstrativo das Despesas Realizadas de 2007 a 2010	050
XXII	Demonstrativo da Execução da Ação Formação de Estoques Públicos	051
XXIII	Demonstrativo das Despesas Realizadas	052
XXIV	Demonstrativo das Remoções Realizadas	052
XXV	Demonstrativo da Execução da Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária	053
XXVI	Demonstrativo da Execução da Despesa	054
XXVII	Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa	055
XXVIII	Demonstrativo de Execução da Despesa	056
XXIX	Demonstrativo da Execução da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	057
XXX	Demonstrativo da Quantidade de Produtos Comercialização pelas Centrais de Negócios	058
XXXI	Demonstrativo da Execução da Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	059
XXXII	Demonstrativo de Execução da Despesa	059
XXXIII	Demonstrativo da Área Plantada e Produção – Safras 2008/09 e 2009/10	060
XXXIV	Demonstrativo de Área Plantada e da Produção Agrícola Safras 2009/10 e 2010/11	061
XXXV	Balanco de Oferta e Demanda	062
XXXIV	Demonstrativo da Execução da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	063
XXXVII	Relação de Aquisição de Equipamentos nas Unidades	064
XXXVIII	Demonstrativo de Vendas em Balcão, por Produto	067
XXXIX	Demonstrativo da Execução da Ação Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização	068
XL	Demonstrativo de Comercialização pelo PEP	068

Quadro	Título	Pág
XLI	Demonstrativo da Remoção de Produtos	069
XLII	Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar	071
XLIII	Demonstrativo das Metas Previstas	075
XLIV	Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS	076
XLV	Demonstrativo de Aquisição pela CPR – Doação/MDS	076
XLVI	Demonstrativo da Execução da Despesas – MDS	076
XLVII	Demonstrativo de Aquisição pela CPR – Estoque/MDA	077
XLVIII	Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA	078
XLIX	Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA	078
L	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	080
LI	Demonstrativo de Aquisição de gêneros Alimentícios	080
LII	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	081
LIII	Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos – MDS	081
LIV	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	083
LV	Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios	083
LVI	Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos	084
LVII	Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de Alimentos/MI	084
LVIII	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	085
LIX	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	087
LX	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	088
LXI	Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	090
LXII	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	099
LXIII	Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010	101
LXIV	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual – Situação Apurada 31/12/2010	102
LXV	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária Situação Apurada em 31/12/2010	102
LXVI	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade em 31/12/2010	103
LXVII	Composição do Quadro de Estagiários Situação Apurada em 31/12/2010	103
LXVIII	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios 2008, 2009 e 2010	103
LXIX	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza de Higiene e Vigilância Ostensiva	104
LXX	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	105
LXXI	Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço	106
LXXII	Faixa Etária x Tempo de Trabalho	108
LXXIII	Demanda Trabalhista, por Sureg e Risco	112
LXXIV	Estrutura de Controles Internos da UJ	117
LXXV	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	119
LXXVI	Gestão de TI da UJ	122
LXXVII	Técnicos da Sutin por tipo de vínculo	124
LXXVIII	Técnicos da Sutin por Área	124
LXXIX	Remuneração dos Conselhos de Administração	161
LXXX	Síntese da Remuneração dos Administradores	162
LXXXI	Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar	164
LXXXII	Síntese da Remuneração do Conselho de Administração	165
LXXXIII	Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	168
LXXXIV	Alocação de Recursos e Limites por segmento e modalidade de investimento	170

Quadro	Título	Pág
LXXXV	Meta de Rentabilidade	170
LXXXVI	Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos Jan a Dez/2010	173
LXXXVII	Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003	189
	Título	Pág
I	Área de Atuação do PAA	073
II	Evolução do Número de Empregados	108
III	Evolução do N° de Treinamentos e do Custo <i>Per Capta</i>	110
IV	Serviço de Saúde	111
V	Evolução das Demandas Trabalhistas	112
VI	Parecer da Auditoria Independente	159

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a prestação de contas da Superintendência Regional da Conab no Estado do Ceará ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2010, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, a Decisão Normativa n.º 107, de 27 de outubro de 2010, a Portaria TCU n.º 277, de 7 de dezembro de 2010, e de acordo com as orientações contidas na Norma de Execução n.º 03, de 27 de dezembro de 2010, da Controladoria-Geral da União, aprovada pela Portaria n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

Considerando o Anexo II, item A – Conteúdo Geral, da DN 107, não foram atendidos os itens 3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, 6 - Informações sobre Transferências, 14 – Renúncias Tributárias e 16 – Financiamento, Renegociações, Ações de Execução, Ressarcimentos e Inadimplência dos Recursos Oriundos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 13 – Informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal, por não se aplicar à natureza jurídica da Conab.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Conab, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas pela Conab no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralizações orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados com órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a empresa e os empregados.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Superintendência Regional do Ceará - SUREG-CE, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

1 - Identificação

Quadro I - Identificação da Unidade

Quadro 1 - Identificação da Unidade			
Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional do Ceará			
Denominação abreviada: SUREG CEARÁ			
Código SIORG: 087174	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 135115
Situação: ATIVA			
Natureza Jurídica: 201-1 – Empresa Pública			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	PABX (85)3252.1722	FAX (85) 3231.7300	FONE/FAX (85) 3231.0691
Endereço Eletrônico: ce.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal:			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990.			
Estatuto Social – Alterações			
</			

135000	22211
135118	22211
135120	22211
135130	22211
135131	22211
135133	22211
135329	22211
135552	22211
135116	22211
135117	22211
135447	22211

2 – Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária

2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A **missão** institucional da Conab é “**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**”

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender

e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6.º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (desde a aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

- Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista

hortigranjeiro: Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2010 foram adquiridas 965.953 toneladas de produtos tais como trigo, café, feijão, milho e sisal, com destaque para o trigo, no estado do Rio Grande do Sul, com participação de 33,04%. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno, decorrentes dos altos estoques mundiais e da baixa demanda interna devido às facilidades

oferecidas aos empresários na importação, tais como: isenção da Tarifa Externa Comum-TEC (10%), do adicional de frete da marinha mercante (25% sobre o valor do frete) e do prazo para pagamento do produto.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2010, as aquisições totalizaram 70.779 toneladas de café e milho em grãos, referentes a contratos comercializados durante o exercício de 2009, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2010, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 17.083.600 toneladas de arroz, milho, sisal e trigo; e 213.316 toneladas de derivados de uva.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, que concede um prêmio por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2010 foram negociadas 66.890 toneladas de milho, armazenadas, nos Estado da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida

ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2010, foram ofertadas 1.190.000 toneladas de milho produzidas na Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Piauí, das quais foram negociadas 875.095 toneladas.

➤ **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2010, resultaram em 709.310 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 90,11% do total ofertado.

➤ **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2010, o total de vendas em balcão correspondeu a 236.999 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,95%), já que as vendas de arroz em casca, castanha de caju e farelo foram pouco significativas (2,7; 117,6; e 0,2 toneladas respectivamente). Mediante esse Programa foram realizados 83.243 atendimentos a clientes previamente cadastrados, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos Estados de Santa Catarina e do Ceará (65.620 e 58.722 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O PAA não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2010, as operações movimentaram 32,916 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.177 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 124 municípios, em 14 estados do território nacional.
- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 160.745 toneladas, contemplando 73.026 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem

trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 15.247.554 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e Paraná.

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF** tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 14 estados da federação, ocorreu a aquisição de 32.344 toneladas de diversos produtos, atendendo 11.309 agricultores familiares, localizados em 112 municípios, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 7.121 agricultores, distribuídos em 22 municípios do Estado.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2010 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$402.032.861,00. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional-MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias

para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 175,7 toneladas toneladas de produtos alimentícios a populações vitimadas e em situação de risco nutricional no Haiti e no Peru.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2010, para o Estado do Amazonas. Em 2010, foram cadastradas 185 novos varejistas e disponibilizada, em 3.395 pontos de venda, 1.448 toneladas de açúcar, arroz beneficiado, leite em pó, e pêssego em calda, adquiridas no âmbito do PAA..

2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor,

atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos

de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção e dos estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão de obra

no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.1.5–Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 175 armazéns, agrupados em 95 unidades, com capacidade estática para 2.167.197 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32,6%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 21 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos refrigerados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivalia a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 t do governo e 429.584 t de terceiros. Em 2010, equivale a 1.125.336 toneladas, sendo 927.536 toneladas de estoques do governo e 197.800 toneladas de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 9,32%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 54,65% e redução de 53,96% no quantitativo de estoques de terceiros, provocando, portanto, redução de 39,83% na receita de armazenagem de produtos de terceiros.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2010, a programação previa a realização de cadastramento/recadastramento de 4.500 armazéns, tendo sido realizados 6.115. Além dos censos de armazenagem programados, ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de

produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática para 137.875.605 de toneladas, sendo 25.842.460 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 112.033.145 toneladas para granel. No entanto, apenas 376 destes armazéns, correspondendo a 5.534.665 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na movimentação dos estoques públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 610.071 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 621 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 7 toneladas dos estoques do MDA, e 17.826 toneladas de produtos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a fiscalização dos produtos agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as 9 etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais 7 especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 5.285 armazéns, em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou, cumulativamente, 40.179.122 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,46% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 14,8%.

Nas operações foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 6.319 toneladas de milho e feijão e perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 40.898 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças,

impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 3.667 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2010, correspondeu a 7,1 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou,

em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho, algodão e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recurso do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetivando propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

➤ Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;

➤ Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;

➤ Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições

favoráveis às indústrias fornecedoras;

➤ Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2010 a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança..

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 – Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1- Relação dos Programas

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab estão inseridas em 14 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação com outros órgãos públicos, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no item 2.3.3 – Outros Programa, Ações e Atividades

(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

a) Produção Nacional de Grãos:

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques

Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários]] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos - SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2 – Principais Ações do Programa

2.3.2.1 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental, mediante a realização de exames periódicos.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem

Quadro II - Demonstrativo da Execução Física e Financeira – Exames Periódicos

Controle: SIAFI – PTRES 030856 – Programa de Trabalho 20.301.0352.20CW.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	900,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	467.307,00	900,00	0,19
Execução Orçamentária	466.920,20	900,00	0,19
Índice	99,92	100,00	-
Meta Física	2.596	12	0,46
Execução Física	2.320	7	0,30
Índice	89,37	58,33	-

Fonte: Geare e Gebem

A Conab promove no mês do aniversário do empregado, Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR – 1), item 1.8, Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal (Capítulo XIII – Dos Deveres e Proibições,

Art.168, XI) e cláusula oitava, §13, ACT 2009/2011. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

No exercício de 2010, foi descentralizado para a Sureg/CE um crédito no valor de R\$900,00. Foram gastos 100% da dotação orçamentária, para o atendimento de 7 funcionários, alcançando 58,33% da meta física.

A seguir os indicadores de eficácia utilizados na análise da execução orçamentária e física desta Ação.

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	58,33
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado.				

2.3.2.2-(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Serviço de Assistência à Saúde – Gesas

Quadro III - Demonstrativo da Execução Física e Financeira – SAS

Controle: SIAFI – PTRES 024581 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	1.233.000,00	
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	-	-
Dotação Final	22.553.050,00	1.233.000,00	5,47
Execução Orçamentária	22.528.324,99	1.232.778,16	5,47
Índice	99,89	99,98	-
Meta Física	14.849	920	6,20
Execução Física	15.104	922	6,10
Índice	101,72	100,22	-

Fonte: SIAFI, Supor e Dirad/Sureh/Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2010, dotação orçamentária inicial de R\$14.882.545,00, houve três suplementações, a primeira no valor de R\$1.500.000,00 (Decreto de 21/07/2010), a segunda no valor de R\$4.570.505,00 (Decreto 08/09/2010) e a última de R\$1.600.000,00 (Decreto de 24/12/2010), totalizando Dotação Orçamentária Final de R\$22.553.050,00. Para a Sureg-CE foi descentralizado o crédito de R\$1.233.000,00. Durante o exercício de 2010 foram gastos R\$1.232.778,16, perfazendo 99,98% da meta financeira.

Foi estabelecida para a SUREG-CE uma meta de 920 atendimentos médicos/odontológicos para utilização do SAS, contudo o número de assistências foi de 922, ou seja, 100,22% da previsão, em decorrência da inclusão de dependentes e do aumento da faixa etária dos empregados, que demanda maior demanda dos serviços médicos.

Quadro IV – Elemento de Despesa - 2007 a 2010

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	35.341,99	697.028,89	9.046,30	-	741.417,18
2008	-	35.439,27	824.982,46	7.573,46	-	867.995,19
2009	-	68.127,58	1.585.512,30	9.991,89	-	1.663.631,77
2010	-	82.499,68	1.136.258,19	14.020,29	-	1.232.778,16

Fonte: SIAFI

É importante mencionar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do empregado é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Oitava, do Acordo Coletivo de Trabalho – 2009/2011.

Os indicadores utilizados na análise da execução desta Ação são:

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				74,78
2008				77,04
2009				99,80
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,22
Análise: Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado, incluindo mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuadas pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador. Em 2010, a execução física superou a meta esperada em 1,74% devido principalmente ao crescimento do número de empregados e ao aumento da faixa etária.				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99,92
2008				99,77
2009				99,98
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,98
Análise: O resultado alcançado ficou dentro do parâmetro esperado.				

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				731,18
2008				901,34
2009				1.642,28
2010	Meta:	1.642,28	Realizado	1.337,07
Análise:				

2.3.2.3 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem

Quadro V - Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Controle: SIAFI – PTRES 001.684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	1.618.755,00	-
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	-	-
Dotação Final	23.153.755,00	1.618.755,00	6,99
Execução Orçamentária	23.123.978,63	1.616.671,08	6,99
Índice	99,87	99,87	-
Meta Física	4.003	230	5,75
Execução Física	4.329	246	5,68
Índice	108,14	106,96	-

Fonte: SIAFI, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

Para toda a Conab, a dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$19.092.224,00. Durante o exercício a Ação recebeu suplementação orçamentária de R\$4.061.531,00 totalizando R\$23.153.755,00 dos quais foram executados R\$23.066.478,63, representando 99,62%. A meta física de beneficiar 4.003 empregados/mês foi superada em 8,14%, perfazendo uma média mensal de 4.329 empregados.

Para a Sureg/CE, a execução orçamentária foi de R\$1.618.755,00, representando 6,99% da dotação. O atendimento médio mensal foi de 246 empregados, superando a meta física em 6,96%, em função do aumento do número de empregados.

Comparativamente ao exercício anterior houve incremento de 54,32% na despesa realizada e de 2,50% na quantidade de empregados beneficiados, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro VI - Evolução do Auxílio-Alimentação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	220	230	4,55	1.047.800,00	1.618.755,00	54,49
Execução	240	246	2,50	1.047.584,48	1.616.671,08	54,32
Percentual de Execução	109,09	106,96	-	99,98	99,87	-
Gasto per capita (R\$)				4.364,94	6.571,83	-

Fonte: SIAFI, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

Os indicadores utilizados na análise da execução desta Ação são:

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				95,58
2008				109,57
2009				109,09
2010	Meta:	100,00	Realizado	106,96
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,98
2008				98,65
2009				99,98
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,87
Análise:				

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				4.614,71
2008				4.480,14
2009				4.364,94
2010	Meta:	4.364,94	Realizado	6.571,83
Análise:				

2.3.2.4 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem.

Quadro VII - Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Controle: SIAFI – PTRES 001.685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	300.000,00	
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	-	
Dotação Final	7.085.326,00	300.000,00	4,23
Execução Orçamentária	6.981.555,76	299.321,01	4,29
Índice	98,54	99,77	
Meta Física	3.897	190	4,88
Execução Física	3.771	183	4,85
Índice	96,77	96,32	

Fonte: SIAFI, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$6.823.390,00, tendo sido suplementada em R\$261.936,00, totalizando R\$7.085.326,00 dos quais foram gastos durante o período R\$6.981.555,76, correspondente a 98,54% do programado. A meta física previa o atendimento a 3.897 empregados/mês e beneficiou no mês de dezembro 3.771 empregados, perfazendo 96,77% da meta. Conforme orientações da Coordenação Geral de Planejamento-CGPLAN/MAPA, foi alterada a metodologia de acompanhamento da meta física, passando da quantidade média no período ou do exercício para o número de beneficiários no mês, neste caso o mês de dezembro.

Para a Sureg/CE foi descentralizado o crédito de R\$300.000,00, sendo executado 99,77%, equivalente a R\$299.321,01, para beneficiar 183 funcionários, 93,32% da meta física.

Comparativamente ao exercício de 2009, a execução orçamentária aumentou 4,17% em decorrência do aumento das tarifas praticadas pelas concessionárias de transporte.

Quadro VIII – Resultados/ Execução Física e Orçamentária

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	180	190	105,56	288.000,00	300.000,00	104,17
Execução	243	183	75,31	284.965,23	299.321,01	105,04
Vale-transporte/Crédito em cartão magnético	64	0	0,00	58.422,60	60.953,80	104,33
Empecúnia	179	183	102,23	226.542,63	238.367,21	105,22
Percentual de Execução	135	96,32	-	98,95	99,77	-
Gasto per capita (R\$)				1.172,70	1.635,63	-

Fonte: SIAFI e Dirad/Sureh/Gebem

A execução orçamentária desta Ação se dá por meio da folha de pagamento elaborada na Matriz ou pela concessão de vale-transporte ou ainda por meio de créditos em cartão magnético, dependendo da escolha do empregado, neste caso a execução se processa na Sureg.

Os indicadores utilizados na avaliação desta ação apresentaram comportamento esperado, destacando apenas o custo por atendimento cujo resultado superou em 39,48% a meta estabelecida, em função, principalmente do aumento do quadro de empregados.

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				95,13
2008				89,12
2009				135,00
2010	Meta:	100	Realizado	96,32
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado.				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				96,76
2008				99,45
2009				98,95
2010	Meta:	100	Realizado	99,77
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado.				

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				1.125,12
2008				1.561,20
2009				1.172,70
2010	Meta:	1.172,70	Realizado	1.635,63

2.3.2.5 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad

Quadro IX - Demonstrativo da Execução da Ação Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras

Controle: SIAFI – PTRES 001.692 – Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	1.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	1.000,00	0,20
Execução Orçamentária	453.058,55	414,33	0,09
Índice	90,61	41,43	-
Meta Física	4.500	94	2,09
Execução Física	5.972	2	0,03
Índice	132,71	2,13	-

Fonte: Siafi, Dirab/Suarm/Gecad e Difin/Supor

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$500.000,00, tendo sido executado em toda a Conab R\$453.058,55, correspondente a 90,61% do programado. A meta física previa o cadastramento de 4.500 unidades armazenadoras, tendo sido cadastradas 6.115, ultrapassando em 35,89% a meta estabelecida para o período.

Pelas características operacionais da Ação, que implica no deslocamento de empregados para o cadastramento/recadastramento de armazéns, e pela dificuldade de formação de equipes com empregados das próprias Regionais, em função do acelerado ritmo operacional desenvolvido durante o exercício, parte das atividades foi realizada por empregados lotados na Matriz.

Na Sureg/CE foram cadastrados, no ano de 2010, 2 unidades armazenadoras para fins de atualização do SICARM – Sistema de Cadastro de Armazéns. Houve a descentralização do crédito de R\$1.000,00 e gastos R\$414,33 para execução da referida ação. O quadro a seguir detalha as despesas por elemento de despesa.

Quadro X - Demonstrativo de Execução da Despesa

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	-	-	-	-	0,00
2008	6.450,00	1.300,00	-	-	7.750,00
2009	17.478,00	3.383,99	9.460,13	-	30.322,12
2010	282,00	132,33	-	-	414,33

Fonte: Siafi

Um fator positivo foi a criação do Sistema de Cadastro de Armazéns- SICARM, em substituição ao Sistema de Cadastro de Armazenagem- SCA. Em 2009 ocorreu a descentralização de sua atualização para as Superintendências Regionais, gerando economia de material de consumo e de tempo na atualização dos dados cadastrais.

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

Na área sob jurisdição da Sureg-CE, estavam cadastrados 101 armazéns com capacidade estática para 344.454 toneladas, representando cerca de 0,25% da oferta nacional. Desses, 4 encontravam-se impedidos por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, e o restante impedidos por motivos financeiros e/ou técnicos ou por constarem como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XI – Quantitativo de Armazéns Cadastrados/SUREG-PI e Conab/Exercício 2009 e 2010

Sureg	Situação	2009		2010						Variação	
		N.º UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.º UA. (c/a)	Capac.(t) (d/b)
CE	Credenciados	1	4.795	0	0	0	0	0	0	-100,00	-100,00
	Descredenciados	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
	Aptos s/ Contrato	4	6.900	4	6.900	0	0	4	6.900	0,00	0,00
	Impedidos	89	322.190	77	153.275	10	130.540	87	283.815	-2,25	-11,91
	Impedidos no SICAF	0	0	10	53.739	0	0	10	53.739	-	-
	Cadastrados	94	333.885	91	213.914	10	130.540	101	344.454	7,45	3,17
Total Nacional	Credenciados	593	7.816.353	98	439.201	278	5.095.464	376	5.534.665	-36,59	-29,19
	Descredenciados	380	3.251.521	211	917.075	227	3.216.066	438	4.133.141	15,26	27,11
	Aptos s/ Contrato	751	5.732.842	367	1.142.512	478	5.356.347	845	6.498.859	12,52	13,36
	Impedidos	11.607	65.355.182	4.898	16.773.054	6.627	50.822.340	11.525	67.595.394	-0,71	3,43
	Impedidos no SICAF	3.802	48.088.873	1.537	6.570.618	2.768	47.542.928	4.305	54.113.546	13,23	12,53
	Cadastrados	17.133	130.244.771	7.111	25.842.460	10.378	112.033.145	17.489	137.875.605	2,08	5,86
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		0,17	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		0,55	0,26	1,28	0,83	0,10	0,12	0,58	0,25	-	-

Fonte: Gecad

2.3.2.6 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – Gecap

Quadro XII - Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores

Controle: SIAFI – PTRES 001.694 – Programa de Trabalho 20.128.0360.4572.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	35.000,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	2,06
Dotação Final	1.700.000,00	35.000,00	
Execução Orçamentária	1.565.871,48	32.222,72	2,06
Índice	92,11	92,06	
Meta Física	5.917	590	9,97
Execução Física	3.666	67	1,83
Índice	61,96	11,36	

Fonte: Siafi e Difin/Supor

A Diretoria Administrativa (Dirad), responsável pela ação de capacitação dos empregados no âmbito da Conab, desenvolve-a como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa (PEC), com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os resultados da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamentos para o período do LNT. As necessidades devem ser correlatas às competências (conhecimento, habilidades e atitudes) de cada área e atividades precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos de desenvolvimento futuro, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz e nas Suregs de Pernambuco e Piauí, e, desenvolveu, no âmbito da Companhia, cursos de Educação de Jovens e Adultos, tendo os empregados como educadores. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados, incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78, desde que não oferecidos pela Companhia em cursos fechados, conforme Cláusula Vigésima Quinta do Acordo Coletivo de Trabalho-Biênio 2009/2011.

Para promover a qualificação e requalificação de pessoal, com vista à melhoria dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, foi aprovado na LOA/2010 crédito orçamentário no valor de R\$1.700.000,00 para treinamento de 5.917 empregados. Durante o exercício foi executado o

montante de R\$1.565.871,48, correspondendo a 92,11%, com o atendimento de 3.666 empregados.

Especificamente para a Sureg/CE a dotação prevista foi de R\$35.000,00 cuja execução atingiu 92,06%, correspondendo a R\$32.222,72.

No período foram capacitados 67 funcionários, alcançando 11,36% da meta que previa a capacitação de 590 pessoas, mediante o desenvolvimento de eventos nas áreas de Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Administrativa, Planejamento, Informática, Operacional, Financeira etc. Cabe registrar que alguns servidores receberam mais de um treinamento durante o ano, daí serem identificados como treinandos. Nesse total, não estão incluídos os dados relativos ao número de participantes nos programas educacionais de idiomas e curso supletivo, tampouco os convidados.

No exercício de 2010, o tempo de treinamento somou 2.618 homens/hora com uma carga horária média de 39,07 horas por treinando.

Quadro XIII - Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	3	68	22,67
Auditoria	1	480	480
Comunicação Social	-	-	-
Educação e Desenvolvimento	22	428	19,45
Financeira	3	120	40
Gerencial	1	2	2
Informática	-	-	-
Jurídica	-	-	-
Operacional	13	504	38,77
Planejamento	24	1.016	42,33
Qualidade	-	-	-
Total	67	2.618	39,07

Fonte: Dirad/Sumoc/Gecap

Em relação ao exercício de 2009 houve recuo de 5,63% no número de treinandos com aumento de 83,43% nas despesas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XIV - Metas e Resultados - Exercícios 2008 a 2010

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	333	590	77,18	19.000,00	35.000,00	84,21
Execução	71	67	-5,63	17.566,84	32.222,72	83,43
Percentual de Execução	21,32	11,36	-	92,46	92,06	-
Gasto per capita (R\$)				247,42	480,94	-

Fonte: Siafi e Dirad/Sumoc/Gecap

No que diz respeito às despesas com a referida Ação, a maior incidência de gastos recai sobre Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica, em decorrência da contratação de instituições para realização dos eventos, seguida das despesas com Diárias, Passagens e Locomoção. As despesas com Indenizações, verificadas no desempenho da Ação, representam a restituição das mensalidades

de cursos de idiomas.

Quadro XV - Demonstrativo das Despesas Realizadas

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	6.597,50	-	2.805,60	-	3.911,00	-	189,00	13.503,10
2008	4.815,00	-	1.194,00	-	11.769,92	-	-	17.778,92
2009	2.700,00	-	1.330,62	-	13.129,15	-	407,07	17.566,84
2010	6.703,50	-	5.062,42	-	19.854,10	-	602,70	32.222,72

Fonte: Siafi

A seguir, os indicadores criados para o acompanhamento da execução física e orçamentária e do atendimento às solicitações de capacitação das diferentes áreas orgânicas da Companhia.

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				156,89
2008				102,50
2009				21,32
2010	Meta:	100,00	Realizado	11,36
Análise:				

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				90,02
2008				88,89
2009				92,46
2010	Meta:	100,00	Realizado	92,06
Análise: O resultado ficou dentro do parâmetro esperado.				

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				51,54
2008				433,63
2009				247,42
2010	Meta:	247,42	Realizado	480,94
Análise: O custo per capita apresentou crescimento de 94,38% em decorrência da maior participação de empregados em eventos realizados fora dos locais de trabalho e, também, pelo pagamento de cursos organizados por outras instituições				

2.3.2.7 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – Proge

- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj

Quadro XVI - Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais

Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	5.484.000,00	
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	-	
Dotação Final	31.467.764,00	5.484.000,00	17,43
Execução Orçamentária	31.412.433,87	5.482.555,92	17,45
Índice	99,82	99,97	

Fonte: Siafi e Difin/Supor

A dotação orçamentária inicialmente aprovada na LOA 2010 foi da ordem de R\$12.000.000,00. Conforme Decreto de 07/07/2010, foi consignado crédito suplementar de R\$5.195.246,00. Foram autorizadas novas suplementações por meio do Decreto de 02/08/2010 no valor de R\$10.438.970,00 e do Decreto de 12/11/2010 no valor de R\$931.387,00. Também em dezembro, foram concedidos créditos suplementares para fazer face aos pagamentos dos passivos judiciais de Sentenças Trabalhistas nos valores de R\$2.372.877,00 (Decreto de 06/12/2010) e de R\$529.284,00 (Decreto de 16/12/2010), totalizando R\$31.467.764,00.

A execução no período foi de R\$31.412.433,87, representando cerca de 99,82% da dotação. Da previsão de pagamentos na Sureg/CE, no valor de R\$5.484.000,00, foram pagas sentenças que totalizaram R\$5.482.555,92, perfazendo 99,97% da meta prevista.

Quadro XVII - Demonstrativo de Execução da Despesa

Em R\$

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	109.117,78	423,78	-	-	109.541,56
2008	408.583,18	416.305,32	-	3.129.655,59	3.954.544,09
2009	916.285,40	294.807,90	-	-	1.211.093,30
2010	1.122.231,11	4.096.443,01	-	263.881,80	5.482.555,92

Fonte: Siafi

A seguir, o indicador utilizado no acompanhamento da execução orçamentária da Ação.

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				87,63
2008				90,91
2009				99,76
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,97
Análise: O indicador analisado alcançou o resultado esperado.				

2.3.2.8 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento– Dirab
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – Sufis e Gerência de

Fiscalização dos Estoques Governamentais – Gefis
Quadro XVIII - Demonstrativo da Execução da Ação Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares

Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	30.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	3.100.000,00	30.000,00	0,97
Execução Orçamentária	2.603.751,25	20.424,95	0,78
Índice	83,99	68,08	
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	29	0,69
Execução Física	8.880	91	1,02
Índice	211,43	313,79	

Fonte: SIAFI, DIFIN/Supor e DIRAB/SUFIS/GEFIS

A meta física global aprovada na LOA/2010 previa a fiscalização de 4.200 unidades, sendo consignada dotação orçamentária de R\$3.100.000,00.

Pelos resultados apurados, verifica-se que a atividade foi desenvolvida além das expectativas traçadas para o exercício de 2010. No que diz respeito ao número de unidades fiscalizadas (8.880 unidades), cujo resultado superou a meta em 111,43%. A Sureg/CE realizou 91 fiscalizações, 313,79% da meta.

a) Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Durante o exercício foram fiscalizados produtos dos estoques públicos (AGF, Contrato Público de Opção de Venda, Agricultura familiar, Fome Zero e Terceiros armazenados em unidades próprias).

Nas unidades armazenadoras vistoriadas, no ano de 2010, foram fiscalizadas cumulativamente 24.303 toneladas de produtos, sendo registrada perdas em armazenagem de 75 toneladas de milho.

Quadro XIX - Quantitativo de Estoques Públicos Fiscalizados/2009 e 2010

Discriminação	Exercício			
	2009		2010	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	32.866	32.866	12.921	12.846
Contrato de Opção	-	-	8.625	8.625
Agricultura Familiar	1.978	1.978	1.249	1.249
Fome Zero	1.285	1.285	1.490	1.490
Estoque Próprio	-	-	-	-
Varreduras	-	-	-	-
Terceiros	1.416	1.416	93	93
Total	37.545	37.545	24.378	24.303

Fonte: DIRAB/SUFIS/GEFIS

b) Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização

Com referência aos instrumentos de apoio à comercialização, foram realizadas durante o exercício, 72 operações de fiscalização envolvendo 29 cadastros de clientes de instrumentos de apoio à comercialização – PEPRO e 43 cadastros para o PEP, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XX - Instrumentos de Apoio à Comercialização/Quantitativo 2007 a 2010

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	-	-	-	-
AGF	-	-	-	-
PEPRO	-	4	5	29
PEP	-	-	10	43
VEP	-	-	-	-
PROP	-	-	15	-
Propostas de Seguro Rural	1	-	-	-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	-
Total	1	4	30	72

Fonte: Dirab/Sufis/Gevep

Para a Sureg/CE foi descentralizado crédito de R\$30.000,00, com gastos de R\$20.424,95, ou seja, 68,08% da dotação, onde se destacaram as despesas com diárias no valor de R\$15.991,00 representando cerca de 78,29% das despesas, conforme detalhado a seguir.

Quadro XXI - Demonstrativo das Despesas Realizadas de 2007 a 2010

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2007	5.692,50	749,13	4.625,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.066,71
2008	5.640,00	1.245,62	2.068,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.954,19
2009	31.661,00	2.209,41	5.492,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.362,87
2010	15.991,00	2.103,95	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.424,95

Fonte: Siafi

2.3.2.9 - (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato

Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações Especiais – Suope, Superintendência de Contabilidade – Sucon e Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof

Quadro XXII - Demonstrativo da Execução da Ação Formação de Estoques Públicos

Controle: SIAFI – PTRES 001678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/CE	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	35.000.000,00	1,52
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	34.579.588,09	2,75
Índice	54,65	98,80	-
Meta Física	3.517.000,00	0,00	0,00
Execução Física	1.036.732,00	0,00	0,00
Índice	29,48	-	-

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dirab/Suope

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$2.300.000.000,00. Durante o período foram gastos R\$1.257.049.773,91, representando 54,65% da dotação total.

Os pagamentos efetuados pela Sureg/CE totalizaram R\$34.579.588,09, correspondente a 98,8% da dotação prevista para a Sureg/CE e 2,75% da despesa total realizada pela Conab. O quadro a seguir detalha as despesas realizadas pela Sureg/CE.

Quadro XXIII - Demonstrativo das Despesas Realizadas

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-CE	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	603.782.582,50	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.837.887,28	0,00	0,00
Embalagens	4.059.563,13	1.779.651,02	43,84
COFINS	45.441,35	0,00	0,00
PASEP	9.740,85	0,00	0,00
Armazenagem	485.202.429,50	0,00	0,00
Seguros em geral	6.456.564,88	0,00	0,00
Comissões e corretagens	2.639.062,11	61.405,85	2,33
ICMS	19.710.143,75	13.207,89	0,07
ISS	57.965,50	0,00	0,00
Serviços gráficos	650,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	13.183.781,85	0,00	0,00
Encargos financeiros	8.685,68	0,00	0,00
Serviços de terceiros	9.299.643,89	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	13.909,09	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	1.252.422,61	0,00	0,00
Análises laboratoriais	828.520,98	0,00	0,00
Taxas e pedágios	50.255,47	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	108.563.968,61	32.725.323,33	30,14
Editais e publicações	46.554,88	0,00	0,00
Total	1.257.049.773,91	34.579.588,09	2,75

Fonte: Siafi

Objetivando a abertura de espaço em armazéns localizados nas zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos da nova safra, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques, a Matriz realizou leilões de fretes, para remoção de produtos vinculados à PGPM.

Durante o exercício 2010, foram removidos/transferidos de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso para o Estado do Ceará, 89.200 toneladas de Milho em grãos, para atendimento aos clientes do programa Venda em Balcão, na operação as despesas somaram R\$31.022.946,36.

Quadro XXIV - Demonstrativo das Remoções Realizadas

UF		Produto	Motivo	Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
GO	CE	Milho	Venda em Balcão	4.435.046,47	3.651.807,80	12.600	12.600	0	0	0
MG			Venda em Balcão	4.528.219,13	3.651.225,02	15.600	15.600	0	0	0
MS			Venda em Balcão	4.341.480,00	3.983.417,47	9.000	9.000	0	0	0
MT			Venda em Balcão	25.204.631,74	19.736.496,07	52.000	18.222	0	0	33.778
Total				38.509.377,34	31.022.946,36	89.200	55.422	0	0	33.778

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

2.3.2.10 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização, etc.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai
- **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf

Quadro XXV - Demonstrativo da Execução da Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	350.000,00	10.000,00	2,86
Execução Orçamentária	67.053,63	2.359,50	
Índice	19,16	23,60	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	9.000	-	0,00
Execução Física	8.908	-	
Índice	98,98	-	

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dipai/Suinf

Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável está cadastrando novas séries estatísticas, tanto dos preços pagos, quanto dos recebidos pelos produtores para o apoio ao Programa de Garantia de Preços Mínimos para Agricultura Familiar – PGPAF, e a elaboração dos cálculos de custos de produção e análise de mercado, que servem de apoio na avaliação da necessidade de intervenção governamental para garantir o Abastecimento Agroalimentar, contando, para tanto, com dotação orçamentária aprovada na LOA/2010 de R\$350.000,00 e meta física de 9.000 informações a serem disponibilizadas.

Durante o exercício, foram cadastradas/disponibilizadas 8.908 séries, o que representou 98,98% da meta ao custo de R\$67.053,63, cerca de 19,16% da dotação total. Estes gastos referem-se a passagens e diárias para cadastramento dos informantes.

Os gastos realizados na Sureg/CE se referem a viagens de cadastramento de fontes de informações e levantamento de preços para os novos produtos da PGPAF, PGPMBio, Siagro e PAA, ao custo de R\$2.359,50.

Quadro XXVI - Demonstrativo da Execução da Despesa

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	1.650,00	782,00	0,00	-	-	2.432,00
2009	-	-	-	-	-	-
2010	2.068,00	291,50	-	-	-	2.359,50

Fonte: Siafi

2.3.2.11 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – Difin
- **Coordenador Nacional da Ação:** Paulo Sérgio Silveira
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Superintendência de Finanças – Sufin

Quadro XXVII- Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa

Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	8.107.000,00	1,76
Pessoal	359.742.641,00	5.105.500,00	1,42
Custeio	81.077.168,00	2.976.500,00	3,67
Investimentos	18.522.832,00	25.000,00	0,13
Execução Orçamentária	447.856.094,54	8.099.464,64	1,81
Pessoal	356.605.474,56	5.103.202,25	1,43
Custeio	80.499.809,63	2.975.599,09	3,70
Investimentos	10.750.810,35	20.663,30	0,19
Índice	97,50	99,91	-

Fonte: Siafi e Difin/Supor

Obs.: (1) Inclui Restos a Pagar

A dotação inicial aprovada na LOA/2010 foi de R\$378.742.641,00, sendo R\$285.142.641,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$75.077.168,00 para custeio e R\$18.522.832,00 para investimentos. Durante o exercício, foram solicitadas e aprovadas suplementações de R\$60.000.000,00 (Decreto de 08/09/2010) e R\$14.600.000,00 (Decreto de 24/12/2010) para Pessoal e suplementação de R\$6.000.000,00 (Decreto de 13/10/10) para Custeio, totalizando a dotação em R\$459.342.641,00.

Até o fim do exercício foram gastos R\$447.856.094,54, representando cerca de 97,50% da dotação final, conforme detalhado no quadro anterior.

Cabe à Matriz a elaboração da folha de pagamento de toda a Conab e às Regionais basicamente o pagamento de encargos (INSS e FGTS) e sentenças. Em 2010, a execução orçamentária na Matriz foi de R\$284.382.253,44.

A variação no Grupo de Despesas de Pessoal de 172,95% entre os exercícios de 2009 e 2010 não decorre de forte aumento nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução da despesa exclusiva da Matriz, ou seja, não eram considerados os valores referentes aos empregados lotados nas Regionais, apesar da execução orçamentária ter sido realizada pela Matriz. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada em cada Regional.

Quadro XXVIII - Demonstrativo de Execução da Despesa

Discriminação	CE			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	11.159.966,00	12.969.326,90	13.766.977,44	5.103.202,25
Outros benefícios assistenciais	25.486,60	43.550,00	36.631,10	14.874,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	8.325.977,20	9.734.503,07	10.237.840,55	862.255,17
Obrigações patronais	2.774.421,54	3.144.478,37	796.767,80	908.621,70
Outras despesas variáveis	30.375,56	38.932,67	27.486,62	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	34.592,54
Indenizações e restituições trabalhistas	3.705,10	7.862,79	0,00	13.947,65
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	2.668.251,37	3.249.847,51
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	19.063,68
Custeio	1.772.710,63	1.766.008,82	2.097.320,19	2.975.599,09
Diárias	175.016,11	226.042,50	287.418,95	554.667,28
Material de consumo	264.010,16	164.870,61	216.837,30	305.974,57
Passagens e Despesas com locomoção	47.853,78	63.713,90	58.274,44	84.323,74
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	3.655,40
Outros serviços de terceiros – pessoa física	13.201,32	16.850,04	4.713,76	0,00
Locação de mão-de-obra	465.604,78	478.927,73	610.400,97	733.480,53
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	642.862,25	676.540,63	805.127,26	1.191.431,89
Obrigações tributárias e contributivas	157.715,72	95.935,28	108.894,61	95.571,32
Indenizações e restituições	6.446,51	33.013,13	5.652,90	4.584,19
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	1.910,17
Investimentos	171.733,52	162.282,81	41.454,80	20.663,30
Equipamento e material permanente	171.733,52	162.282,81	41.454,80	20.663,30
Total	13.104.410,15	14.897.618,53	15.905.752,43	8.099.464,64

Fonte: Siafi

2.3.2.12 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas produtos de qualidade e a preços compatíveis.
- **Descrição:** Indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível em vista das sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes supermercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade e a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da idéia do

associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** José Antônio da Costa
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Abastecimento Social – Supab e Gerência de Parcerias Institucionais – Gepri

Quadro XXIX - Demonstrativo da Execução da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	300.000,00	10.000,00	3,33
Execução Orçamentária	120.061,27	4.406,28	3,67
Índice	40,02	44,06	-
Meta Física – unidade organizada	1.400	230	16,43
Execução Física	185	23	12,43
Índice	13,21	10,00	-

Fonte: Siafi e Difin/Supor

A Ação contou com dotação orçamentária aprovada na LOA/2010 de R\$300.000,00 objetivando a organização de 1.400 unidades de comercialização. As atividades são coordenadas pela Matriz, que também participa da execução, tendo sido portanto reservado cerca de 56,67% da dotação para o custeio das despesas. Durante o exercício foram gastos R\$119.481,27, representando cerca de 39,83% da dotação, com destaque para as despesas com viagens e locomoção, que somaram R\$102.714,16 (85,96% da despesa).

Para a Sureg/CE foi descentralizado crédito de R\$10.000,00, com gastos de R\$4.406,28, cerca de 44,06% da dotação. No exercício foram cadastradas 23 unidades varejistas filiadas na Refap. A execução física foi de apenas 10% da meta prevista (230).

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com

elaboração de um cadastro técnico;

- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,
- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

A Conab pode atuar eventualmente como fornecedora de produtos, em função da disponibilidade de estoques oriundos da agricultura familiar. Em 2010, foram disponibilizadas 66 toneladas de arroz e leite em pó ao custo de R\$243.410,40, conforme discriminado no quadro a seguir.

Quadro XXX - Demonstrativo da Quantidade de Produtos Comercializadas pelas Centrais de Negócios

Produto	Ano					
	2009		2010			
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Arroz beneficiado	-	-	26.580	23.221,20	357	45.889
Leite em pó	110	605,00	40.034	220.189,20		
Total	110	605,00	66.614	243.410,40	357	45.889

Fonte: Dirab/Supab

2.3.2.13 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – Geasa

Quadro XXXI- Demonstrativo da Execução da Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	20.000,00	2,00
Execução Orçamentária	878.237,66	12.516,21	1,43
Índice	87,82	62,58	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	9	75,00
Execução Física	12	9	75,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dipai/Suinf/Geasa

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$1.000.000,00 e a meta física previa a realização de 12 pesquisas, sendo 6 de campo e as demais por outros meios de busca de informações. Durante o exercício foram gastos R\$877.773,76, representando 87,78% da dotação orçamentária e realizada 100% da meta física prevista.

Os trabalhos são programados e coordenados pela Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras-Geasa. As despesas realizadas no âmbito da Sureg/CE totalizaram R\$12.516,21 (62,58%), com destaque para as despesas com diárias, passagens e despesas com locomoção que, juntas, representaram 77,2% da despesa total.

Quadro XXXII - Demonstrativo de Execução da Despesa

Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesa com Locomoção	Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Total
9.306,00	2.853,56	356,65	-	12.516,21

Fonte: Siafi

a) Safra 2009/10

A área cultivada com as culturas de algodão, amendoim 2.^a safras, arroz, feijão 1.^a e 2.^a safras, girassol, mamona, milho 1.^a safra e sorgo foi de 1,05 milhões de hectares, inferior à safra 2008/09 em 22,2% que foi de 1,3 milhões de hectares.

E a produção foi inferior em 60,4% em relação à anterior, passando de 849 mil para 336,6 mil toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXIII - Demonstrativo da Área Plantada e Produção – Safras 2008/09 e 2009/10

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safras		Variação		Safras		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	3,8	2,7	-28,95	-1,1	1,7	1,3	-23,5	-0,4
Amendoim 2 ^a safra	1,1	1,0	-9,09	-0,1	6,8	0,4	-94,1	-6,4
Arroz	36,8	27,7	-24,73	-9,1	104,8	63,4	-39,5	-41,4
Feijão 2 ^a safra	574,0	445,4	-22,40	-128,6	143,5	70,8	-50,7	-72,7
Feijão 3 ^a safra	15,1	12,8	-15,23	-2,3	15,8	13,7	-13,3	-2,1
Girassol	1,9	1,4	-26,32	-0,5	1,5	0,9	-40,0	-0,6
Mamona	35,7	30,5	-14,57	-5,2	14,2	6,0	-57,7	-8,2
Milho 1 ^a safra	689,3	535,6	-22,30	-153,7	554,9	175,1	-68,4	-379,8
Sorgo	4,8	2,5	-47,92	-2,3	6,7	5,0	-25,4	-1,7
Total CE	1.362,5	1.059,6	-22,23	-302,9	849,9	336,6	-60,40	-513,3

Fonte: Dipai/Suinfi/Geasa

A seguir, breve comentário sobre o comportamento dos principais produtos na safra 2009/10:

➤ **Algodão:** a produção registrou retração de 2,51% em relação à safra anterior, devido às expressivas reduções de área na região Nordeste do país.

➤ **Arroz:** as reduções de área, no geral, se deram por opção dos produtores. Em parte da região Nordeste, foi a falta de chuvas que não permitiu a semeadura no período ideal para a região.

➤ **Feijão:** A cultura do feijão vem enfrentando altos e baixos nos últimos anos. Na safra 2007/08, os preços altíssimos praticados levaram os produtores a aumentar a área de cultivo e, por consequência, a produção. Com o excesso de produto colocado no mercado, os preços despencaram, levando junto a lucratividade dos produtores e o desestímulo chegou rapidamente. Os anos subsequentes foram de redução de plantio na maioria dos Estados, embora, com produção menor, os preços não tiveram a reação esperada. Somente a partir do mês de fevereiro de 2010 é que começou a reação do mercado e o preço do feijão subiu consideravelmente, em plena safra, portanto, de forma atípica, trazendo um certo alento aos produtores.

➤ **Milho:** O cultivo está bastante tecnificado, fazendo com que a produtividade tenha experimentado aumentos crescentes nas últimas safras. Na maioria das regiões produtoras, o clima foi favorável, com desenvolvimento vegetativo, floração, granação e colheita transcorrendo normalmente.

b) Safra 2010/11

No período de 13 a 17 de dezembro, os técnicos da Conab visitaram os principais municípios produtores do país, objetivando a realização do quarto levantamento da safra 2010/11,

sendo pesquisados todos os Estados da região Centro-Sul, oeste da Bahia e sul do Piauí.

O prognóstico climático para os meses de janeiro, fevereiro e março indica que o volume de chuva deve ficar um pouco acima da média histórica na área que abrange o Maranhão, o Piauí, o Ceará, o oeste da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco e o norte da Bahia. No restante do Nordeste e em todo o Sudeste e Centro-Oeste, o volume de chuva fica dentro da média histórica. Já na área que compreende quase toda a região Sul mais o sul do Mato Grosso do Sul, os índices devem ficar abaixo da média.

Confirmando o resultado do levantamento anterior, divulgado em dez/10, todas as culturas plantadas no Estado do Ceará não apresentaram mudanças na área plantada, nem a maior, nem a menor. Já a produção alcançou aumento de 537 mil toneladas.

Vale lembrar que o plantio destas culturas, na maioria dos Estados da região Nordeste, ainda não se iniciou.

Quadro XXXIV - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2009/10 e 2010/11

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	2,7	2,7	0,00	0,0	1,3	1,3	0,0	0,0
Amendoim 2ª safra	1,0	1,0	0,0	0,0	0,4	1,4	250,0	1,0
Arroz	27,7	27,7	0,0	0,0	63,4	80,3	26,7	16,9
Feijão 2ª safra	445,4	445,4	0,0	0,0	70,8	147,0	107,6	76,2
Feijão 3ª safra	12,8	12,8	0,0	0,0	13,7	13,4	-2,2	-0,3
Girassol	1,4	1,4	0,0	0,0	0,9	1,0	11,1	0,1
Mamona	30,5	30,5	0,0	0,0	6,0	24,1	301,7	18,1
Milho 1ª safra	535,6	535,6	0,0	0,0	175,1	599,9	242,6	424,8
Sorgo	2,5	2,5	0,0	0,0	5,0	5,3	6,0	0,3
Total CE	1.059,6	1.059,6	0,0	0,0	336,6	873,7	159,6	537,1

Fonte: Dipai/Suin/Geasa

A seguir, breves comentários sobre o volume produzido para os principais produtos para a safra 2010/11:

- Algodão: as condições climáticas favorecem o plantio do algodão nas principais regiões produtoras. As lavouras em germinação apresentam bom estande e sem ataque de pragas.
- Arroz: A variável climática está bastante favorável, principalmente para a cultura irrigada.
- Feijão: a cultura tem apresentado uma variação significativa de comportamento em relação à área cultivada, influenciada pelo clima e comportamento do mercado.
- Milho: a semeadura do milho transcorreu de forma mais lenta que na safra passada, devido a irregularidades das chuvas. No geral, a previsão é que se colha um produto de boa qualidade devido ao pacote tecnológico utilizado pelos produtores, sementes de qualidade e assistência técnica. A expectativa agora é o mercado externo. A tendência é que os preços permaneçam firmes, pelo menos até a colheita começar, o que tende a exercer pressão baixista nos preços.

O quadro a seguir detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2010 e uma estimativa para 2011.

Quadro XXXV - Balanço de Oferta e Demanda

Produto	Em mil toneladas							
	Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão em pluma	2007/08	567,3	1.602,2	33,7	2.203,2	1.009,2	532,9	661,1
	2008/09	661,1	1.213,7	14,5	1.889,8	983,6	504,9	400,8
	2009/10	400,8	1.194,1	70,0	1.664,9	1.014,9	487,0	163,0
	2010/11	163,0	1.835,0	200,0	2.198,0	1.058,5	545,0	594,5
Arroz em casca	2007/08	2.021,7	12.159,6	589,9	14.771,2	12.500,0	789,9	1.481,3
	2008/09	1.481,3	12.702,0	908,0	15.091,3	12.550,0	894,4	1.646,9
	2009/10	1.646,9	11.660,9	1.100,0	14.407,8	12.600,0	400,0	1.407,8
	2010/11	1.407,8	12.628,2	800,0	14.836,0	12.600,0	600,0	1.636,0
Feijão	2007/08	81,4	3.520,9	209,7	3.812,0	3.580,0	2,0	230,0
	2008/09	230,0	3.502,7	110,0	3.842,7	3.500,0	25,0	317,7
	2009/10	317,7	3.322,5	155,0	3.795,2	3.450,0	4,5	340,7
	2010/11	340,7	3.465,8	100,0	3.906,5	3.500,0	4,0	402,5
Milho	2007/08	2.540,7	58.652,3	808,0	62.001,0	44.288,2	6.400,0	11.312,8
	2008/09	11.312,8	51.003,8	1.132,9	63.449,5	44.279,1	7.765,4	11.405,0
	2009/10	11.405,0	55.968,1	500,0	67.873,1	46.200,0	10.500,0	11.173,1
	2010/11	11.173,1	52.723,3	400,0	64.296,4	47.000,0	9.000,0	8.296,4
Soja em grãos	2007/08	3.675,6	60.017,7	96,3	63.789,6	34.750,0	24.499,5	4.540,1
	2008/09	4.540,1	57.161,6	100,0	61.801,7	32.564,0	28.562,7	675,0
	2009/10	675,0	68.688,2	200,0	69.563,2	37.800,0	29.300,0	2.463,2
	2010/11	2.463,2	68.553,3	100,0	71.116,5	37.090,0	31.300,0	2.726,5
Trigo	2007/08	1.849,9	4.097,1	5.926,4	11.873,4	9.618,0	746,7	1.508,7
	2008/09	1.508,7	5.884,0	5.676,4	13.069,1	9.863,0	351,4	2.854,7
	2009/10	2.854,7	5.026,2	5.922,2	13.803,1	10.214,2	1.170,4	2.418,5
	2010/11	2.418,5	5.881,6	5.500,0	13.800,1	10.402,0	850,0	2.548,1

Fonte: Dipai/Suinfl/Geasa

2.3.2.14 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad

Quadro XXXVI - Demonstrativo da Execução da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	90.000,00	0,43
Despesas Correntes	5.850.000,00	30.000,00	0,51
Despesas de Capital	15.200.000,00	60.000,00	0,39
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	1.516,48	0,11
Despesas Correntes	1.053.606,66	0,00	0,00
Despesas de Capital	346.883,27	1.516,48	0,44
Restos a Pagar	5.763.613,03	84.325,13	1,46
Despesas Correntes	409.482,03	27.430,00	6,70
Despesas de Capital	5.354.131,00	56.895,13	1,06
Execução Total	7.164.102,96	85.841,61	1,20
Índice	34,03	95,38	-
Meta Física – unidade modernizada	70	6	-
Execução Física	88	7	7,95
Índice	125,71	116,67	-

Fonte: SIAFI e DIFIN/Supor

A dotação aprovada na LOA/2010 para esta Ação foi de R\$27.050.000,00, sendo R\$5.850.000,00 para despesas correntes e R\$21.200.000,00 para despesas de capital (investimento), contemplando 70 unidades armazenadoras. No Decreto de 13/10/2010 foi autorizado cancelamento da dotação no valor de R\$6.000.000,00 no grupo despesas de capital, totalizando a dotação em R\$21.050.000,00.

Para a Sureg/CE foi descentralizado crédito de R\$90.000,00, com gastos de R\$85.841,61, cerca de 95,38% para a recuperação em 7 unidades armazenadoras e na Sureg/CE, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro XXXVII – Relação de Aquisição de Equipamentos nas Unidades

Unidade	Serviço/Obra/Equipamento	Total Geral (R\$)		Total Geral (R\$)
		Corrente	Capital	
Russas	Aquisição de equipamentos para classificação de produtos vegetais	0,00	13.014,78	13.014,78
Subtotal		0,00	13.014,78	13.014,78
Sede Sureg-CE	Aquisição de 9 escadas de alumínio	0,00	1.516,48	1.516,48
	Aquisição de 3 equipamentos para detecção de gás (fosfina)	0,00	7.500,00	7.500,00
Subtotal		0,00	9.016,48	9.016,48
Maracanaú	Serviços de adaptação das instalações	27.430,00	13.742,50	41.172,50
	Aquisição de equipamentos de classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00
Subtotal		27.430,00	13.742,50	41.172,50
Juazeiro do Norte	Aquisição de equipamentos de classificação de produtos vegetais	0,00	1.229,07	1.229,07
Subtotal		0,00	1.229,07	1.229,07
Sobral	Aquisição de equipamentos de classificação de produtos vegetais	0,00	1.229,07	1.229,07
Subtotal		0,00	1.229,07	1.229,07
Iguatu	Aquisição de equipamentos de classificação de produtos vegetais	0,00	13.064,60	13.064,60
Subtotal		0,00	13.064,60	13.064,60
Senador Pompeu	Aquisição de equipamentos de classificação de produtos vegetais	0,00	1.229,07	1.229,07
Subtotal		0,00	1.229,07	1.229,07
Crateús	Aquisição de equipamentos de classificação de produtos vegetais	0,00	5.886,04	5.886,04
Subtotal		0,00	5.886,04	5.886,04
Total		27.430,00	58.411,61	85.841,61

Fonte: Siafi

2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades

2.3.3.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda, os Contratos Públicos de Opção de Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

a) Programa Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente, quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe, instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da

economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);
- feijão – 3 toneladas;
- farinha de mandioca – 2 toneladas;
- farinha de trigo – 600 kg
- leite em pó – 600 kg,
- sorgo – 10 toneladas;
- açúcar – 2 toneladas;
- arroz beneficiado – 5 toneladas;
- castanha do brasil – 10 toneladas

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leilado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 25 estados mais o Distrito Federal, totalizando 236.999,6 toneladas de produtos, sendo: 236.879,1 toneladas de milho em grãos, 200 quilos de farelo, 2,7 toneladas de arroz, 117,6 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 83.243 atendimentos.

Na Sureg/CE, houve vendas de 58 mil toneladas de milho, beneficiando 25.448 clientes, conforme discriminado no quadro a seguir.

Quadro XXXVIII - Demonstrativo de Vendas em Balcão, por Produto

Produto	2008			2009			2010		
	Quant. (t)	Valor(R\$)	N.º Clientes	Quant. (t)	Valor(R\$)	N.º Clientes	Quant. (t)	Valor(R\$)	N.º Clientes
Castanha Caju	-	-	-	35,6	43.076,00	6	0,0	0,00	-
Milho	10.953,2	5.779.527,60	3.775	10.702,8	3.961.871,92	3.092	58.722,8	24.098.438,70	25.448
Total	10.953,2	5.779.527,60	3.775	10.738,4	4.004.947,92	3.098	58.722,8	24.098.438,70	25.448

Fonte: Conab/Dirab/Supab/Gepab

2.3.3.2 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Ação orçamentária de responsabilidade do Ministério da Fazenda e executada pela Conab mediante o repasse de recursos financeiros para pagamento das subvenções.

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
- **Coordenador Nacional da Ação:** Adriano Pereira de Paula
- **Unidades Executoras:** Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda – MF

Quadro XXXIX - Demonstrativo da Execução da Ação Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

(0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários		
Controle: SIAFI – PTRES 3711 – de Trabalho 20.846.0352.0300.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução (%)
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 2.802.000.000,00	-
Dotação Orçamentária Final	R\$ 2.802.000.000,00	39,54
Execução Orçamentária	R\$ 1.107.818.011,00	

Fonte: Siafi

Para garantir e sustentar os preços, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio para Equalização do Valor de Referência de Soja em Grãos-PESOJA, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e a origem e destino dos produtos, é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab a operacionalização, que envolve desde a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

Além do pagamento a Matriz também realiza os leilões, cabendo às Suregs o recebimento, conferência e análise da conformidade dos comprovantes da efetivação da operação.

a) Prêmio de Escoamento do Produto-PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do governo federal.

Até o fim do exercício foram realizados 67 leilões destinados ao escoamento de arroz, milho, sisal, trigo e derivados de uva, sendo negociado o escoamento de 14.078.478 toneladas de produtos e 20.827 toneladas de derivados de uva, com subvenção prevista de R\$1.066.566.303,30. Para a Sureg/CE como destino, houve a comprovação de 124 mil toneladas ao valor de R\$10.624.176,88, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XL - Demonstrativo de Comercialização pelo PEP

Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Quantidade Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
MILHO						
BA	535.000	423.849	44.667.417,50	CE	105.875	8.545.107,53
GO	1.590.000	1.494.285	105.316.763,93		2.457	181.067,35
MG	810.000	371.208	27.942.419,25		600	40.800,00
MT	7.700.000	6.967.022	475.909.533,66		15.536	1.857.202,00
Total	10.635.000	9.256.364	653.836.134,34	-	124.468	10.624.176,88

Fonte: Dirab/Suope/Geope

2.3.3.3 – Serviços de Armazenagem

A Rede Armazenadora Própria da Conab administrada pela Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm é constituída por 177 armazéns, agrupados em 95 unidades, com capacidade estática para 2.062.330 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

A Sureg/CE participa com 10 armazéns agrupados em 7 unidades, com capacidade estática para 53.740 toneladas.

A rede de armazenagem própria está destinada à armazenagem dos estoques públicos, atuando também, de forma supletiva, como empresa de armazéns gerais.

2.3.3.4 – Remoção de Produto

Durante o exercício foram contratadas, via leilões eletrônicos realizados na Matriz, a remoção de 26.595 toneladas de diversos produtos alimentícios, com recursos previstos nos planos de trabalhos e nos Termos de Cooperação firmados com os MDA e MDS. Estas objetivaram a remoção de produtos para formação de cestas de alimentos para distribuição aos grupos/famílias atingidos por desastres naturais e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional ou a retirada de produtos dos pólos de compra para armazéns próximos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLI - Demonstrativo da Remoção de Produtos

Origem	Destino	Produto	Valores (R\$)		Quantidades (Em t)				
			Abertura	Fechamento	Contratada	Aditada	Cancelada	Removida	A Remover
Ministério da Integração Nacional									
CE	AL	Cestas de alimentos	74.175,00	74.175,00	460	-	-	460	0
Ministério do Desenvolvimento Agrário									
PE	CE	Leite em pó	2.794,91	2.794,91	15	-	0	15	0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome									
CE	CE	Cestas de Alimentos e Farinha de mandioca	14.860,34	14.860,34	138	-	-	38	100
Total			91.830,25	91.830,25	613	0	0	513	100

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

2.3.3.5 – Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab, por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003, substituída pela de n.º 1.128/2008, participa do Fome Zero no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competências regimentais.

Para tanto, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar. Durante o exercício foram distribuídas 5.302,7 toneladas, em 114 municípios do Estado, beneficiando 326 instituições.

b) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, em 2010, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar. Na Sureg/CE foram doados 1.510,5 toneladas de diversos produtos e 157,6 mil latas de doce de frutas, beneficiando 205 instituições.

2.3.3.6 – Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante os dias 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, o terceiro levantamento da safra 2010/11 de cana de açúcar.

Nesta etapa, as visitas atingiram praticamente todas as unidades de produção sucroalcooleira. O objetivo do levantamento é consolidar os números finais da safra na região centro-sul e indicar o desenvolvimento da safra nas regiões norte e nordeste.

De acordo com a metodologia da Conab, os dados são obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas neste relatório são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade da Federação.

A lavoura de cana de açúcar continua em expansão no Brasil. O levantamento indica aumento de área em todas as regiões, destacando os Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. Em 2010, entraram em funcionamento novas usinas, sendo 3 em Minas Gerais, 2 em São Paulo e Goiás, 1 em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A estiagem prolongada na região centro-sul e a má distribuição das chuvas na região norte e nordeste explicam a redução, no geral, da produtividade. Por outro lado, o comportamento do clima favoreceu as operações de colheita, aumentou a concentração da sacarose na cana, mas prejudicou o terço final do desenvolvimento dos canaviais colhidos nesta safra.

Importante citar que as condições climáticas adversas, observadas no decorrer de 2010, poderão afetar a produtividade na próxima safra (2011/12), uma vez que a estiagem tende a dificultar o processo de desenvolvimento da lavoura.

A previsão do total de cana que será moída na safra 2010/11 é de 624.991 mil toneladas, com incremento de 3,4% em relação à safra 2009/10, o que significa que haverá 20.477 mil toneladas a mais para moagem nesta safra.

Com exceção da região sul, que teve a produção reduzida em 3,4% as demais regiões apresentam incremento em sua matéria prima, destacando-se as regiões norte (39,2%) e centro-oeste (24,2%).

Do total da cana esmagada, 288.715,1 mil toneladas (46,2%) foram destinadas à produção de açúcar e 336.204,1 mil toneladas (53,8%) destinadas à produção de etanol.

No Ceará, a área plantada será de 2,8 hectares, com produção de 180 mil toneladas que serão destinados em sua totalidade à produção de etanol hidratado.

Quadro XLII - Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar

UF	Área (Em mil há)			Produção (em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safra		Var (%)	Safra		Var (%)	Indústria Sucroalcooleira	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		Açúcar	Etanol
CE	2,3	2,8	17,9	154,4	180,4	16,8	-	180,4

Fonte: Dipai/Suinfi/Geasa

2.3.3.7 – Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar-Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

•**Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA nº 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

•**Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

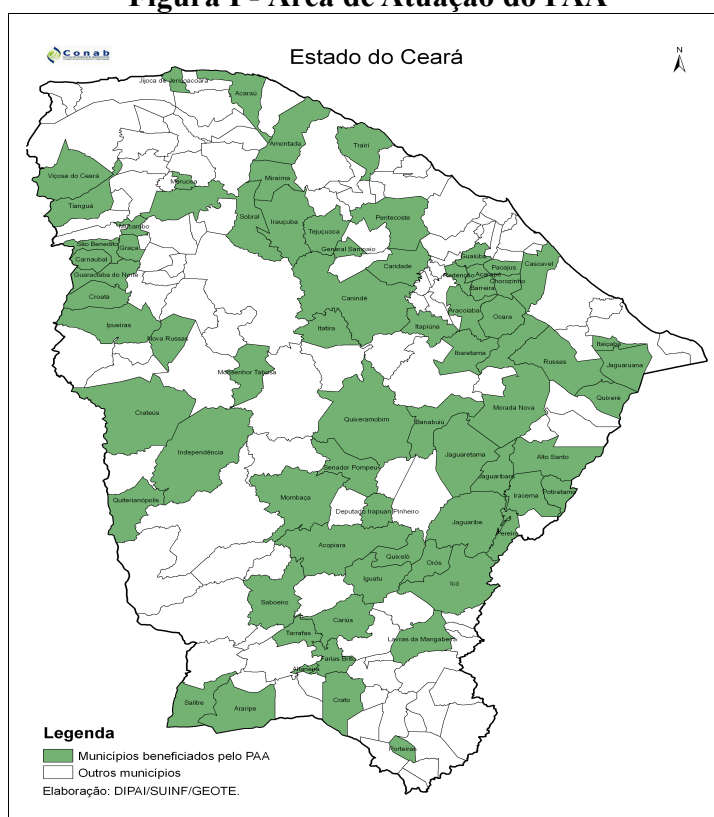
•**Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente no Estado do Ceará foram atendidos 5.538 produtores familiares em 71 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Figura I - Área de Atuação do PAA



2.3.3.7.1 – Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação **Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura**

Familiar, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

Quadro XLIII - Demonstrativo das Metas Previstas

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Pólos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

Fonte: Supaf/Gecaf

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinado à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

Com os recursos disponibilizados pelo MDS a Sureg-SC atendeu a 5.477 produtores rurais, conforme descrito a seguir.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Por meio deste instrumento foram adquiridas em 2010, 74 toneladas de farinha de

mandioca, em 4 municípios. Houve redução de 80,32% e de 74,35% no número de produtores beneficiados e na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro XLIV - Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS

Ano	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	12	Farinha de mandioca	376	1.419	1.278.030,94
2010	4	Farinha de mandioca	74	364	327.140,49

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 6.691 toneladas de diversos produtos alimentícios de 5.403 produtores familiares e distribuídas a 2.343 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve redução de 2,19% no número de produtores familiares atendidos e aumento de 912,25% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro XLV - Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	5.524	63	661	979.777	248	19.130.300,63
2010	5.403	68	6.691	982.194	2.343	21.124.696,82

Fonte: Supaf/Gecaf

c) Execução Orçamentária

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$22.420.518,10, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 97,92% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior houve aumento na despesa total de 4,77%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLVI - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo		Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	205.021,50	25.380,70	20.881.477,37	23.812,63	0,00	261.493,03	3.297,99	21.400.483,22
2010	200.283,00	26.350,58	21.955.139,94	38.675,55	675,58	198.654,07	739,38	22.420.518,10

Fonte: Siafi

2.3.3.7.2 – Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351-Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

•**2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e

•**4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00.

Especificamente no âmbito da Sureg-CE foram atendidos 61 agricultores familiares por meio da CPR-Estoque, conforme descrito a seguir.

a) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Por meio desse instrumento foram adquiridas 54 toneladas de mel de abelhas, no município de Pacajus, ao custo de R\$249.344,32, atendendo 61 produtores familiares. Comparativamente ao exercício anterior houve redução de 90,0% no número de produtores atendidos e de 94,15% na quantidade, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLVII - Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Ano	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	5	321	923	1.226.418,42
2010	1	61	54	249.344,32

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Remoção dos Estoques

Para reposição dos estoques visando a distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou a retirada de produtos de postos de compras que não ofereçam garantia de manutenção da qualidade dos produtos, ou, ainda, a comercialização, foi

recebida a remoção de 15 toneladas de leite em pó, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro XLVIII - Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA

UF		Produto	Preços no Leilão (Em R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
PE	CE	Leite em pó	2.794,91	2.794,91	15	15	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

c) Execução Orçamentária

Em 2010, as despesas executadas somaram R\$263.391,59, destacando-se as despesas com a Aquisição de Bens para Revenda, com participação de 96,84% do total de despesas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLIX - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2009	10.487,00	1.450,00	-	-	66.038,54	-	-	1.243.965,51	1.321.941,05
2010	1.687,50	-	3.448,82	-	3.176,03	-	-	255.079,24	263.391,59

Fonte: Siafi

2.3.3.7.3 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS

O **Programa 1049-Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentárias: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram em 2003 parceria estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição

de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas a espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,5 mil famílias acampadas identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e

distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM.

No área de atuação da Sureg-CE tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, do Movimento dos Atingidos por Barragens, as indígenas e as de comunidades de terreira e eventualmente são realizados atendimentos especiais, representando em média 1,09% do número de cestas de alimentos distribuídas pela Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro L – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	CE	Part. (%)	Brasil	CE	Part. (%)	Brasil	CE	Part. (%)
2003	254.911	4.618	1,81	715.435	7.664	1,07	16.607	246	1,48
2004	447.764	21.779	4,86	1.620.828	35.820	2,21	38.077	736	1,93
2005	505.375	35.386	7,00	1.950.914	65.835	3,37	47.956	1.560	3,25
2006	343.452	6.766	1,97	1.820.792	37.252	2,05	40.943	895	2,19
2007	402.726	7.340	1,82	2.097.153	52.966	2,53	49.590	1.319	2,66
2008	354.218	8.944	2,52	1.439.256	36.790	2,56	32.552	808	2,48
2009	338.446	7.234	2,14	1.427.275	38.474	2,70	32.636	853	2,61
2010	446.363	8.316	1,86	1.946.543	47.283	2,43	46.299	1.044	2,25

Fonte: Supab/Gepab

Da quantidade adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg-CE recebeu 663,4 toneladas acrescidas de outras 293,4 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e às AGFs, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LI – Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	81,3	-	-	81,3
Arroz beneficiado	415,8	-	-	415,8
Feijão	-	-	124,8	124,8
Farinha de mandioca	-	83,9	-	83,9
Flocos de milho	41,6	-	-	41,6
Leite em pó	-	84,7	-	84,7
Óleo de soja	83,1	-	-	83,1
Macarrão	41,6	-	-	41,6
Total	663,4	168,6	124,8	956,8

Fonte: Supab/Gepab

No âmbito da Sureg-CE as distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo às famílias acampadas, aos quilombolas, as do Movimento dos Atingidos por Barragens e as indígenas e mais recentemente as de comunidades de terreiro e eventualmente são realizados atendimentos especiais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LII – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários						Total	
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB¹	Indígenas		Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pe s. Artesanais
2003	N.º Famílias	1.123	400	-	-	915	2.180	-	4.618
	Quant. Cestas	3.369	1.200	-	-	915	2.180	-	7.664
	Quant. Produtos(t)	134	31	-	-	24	57	-	246
2004	N.º Famílias	1.442	113	-	17.591	1.801	832	-	21.779
	Quant. Cestas	8.267	433	-	17.591	6.201	3.328	-	35.820
	Quant. Produtos(t)	192	10	-	313	143	78	-	736
2005	N.º Famílias	2.413	557	100	29.221	1.595	1.500	-	35.386
	Quant. Cestas	19.573	2.957	500	29.221	8.085	5.499	-	65.835
	Quant. Produtos(t)	461	70	12	688	199	130	-	1.560
2006	N.º Famílias	3.014	557	100	-	1.595	1.500	-	6.766
	Quant. Cestas	23.379	4.077	700	-	1.595	7.501	-	37.252
	Quant. Produtos(t)	559	102	17	-	40	177	-	895
2007	N.º Famílias	3.014	981	100	-	1.595	1.650	-	7.340
	Quant. Cestas	26.720	5.966	600	-	7.975	11.705	-	52.966
	Quant. Produtos(t)	649	152	15	-	193	310	-	1.319
2008	N.º Famílias	3.014	557	100	1.500	1.595	1.500	678	8.944
	Quant. Cestas	15.156	3.127	700	1.500	8.273	6.000	2.034	36.790
	Quant. Produtos(t)	335	69	15	34	178	132	45	808
2009	N.º Famílias	2.777	557	100	-	1.622	1.500	678	7.234
	Quant. Cestas	15.584	3.270	604	-	6.488	9.650	2.878	38.474
	Quant. Produtos(t)	343	80	13	-	143	211	63	853
2010	N.º Famílias	2.777	817	100	400	1.622	2.000	600	8.316
	Quant. Cestas	21.428	3.695	700	2.000	8.110	8.500	2.850	47.283
	Quant. Produtos(t)	460	84	16	44	182	194	64	1.044

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$977.792,47. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$951.667,71, representando cerca de 97,32%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se recuo de 50,94% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LIII – Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS

Sureg	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	-	-	1.983.321,70	-	-	9.695,98	-	1.993.017,68
2010	2.632,00	415,90	951.667,71	640,00	-	22.436,86	-	977.792,47

Fonte: Siafi

2.3.3.8.3 – Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional-MI



O **Programa 1029 – Resposta aos Desastres**, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos-CODAR.

À Conab competia a aquisição por meio de leilões eletrônicos de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de coco), que após embalados formariam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias em locais estratégicos, podendo, se necessário, ser deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que na composição das cestas a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto quanto as localidades e o público-alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

No área de atuação da Sureg-CE foram realizados somente atendimentos emergenciais, conforme orientações da Defesa Civil. Em 2010, a quantidade de cestas de alimentos distribuídas representou cerca de 4,92% do total entregue pela Conab, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LIV – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos



Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	CE	Part. (%)	Brasil	CE	Part. (%)	Brasil	CE	Part. (%)
2006	264.417	47.896	18,11	280.919	47.896	17,05	3.720	1.291	34,70
2007	174.209	14.694	8,43	174.209	14.694	8,43	4.100	343	8,37
2008	294.312	16.500	5,61	296.317	16.500	5,57	6.999	357	5,10
2009	702.238	89.033	12,68	712.752	89.033	12,49	16.743	1.923	11,49
2010	139.452	7.000	5,02	142.286	7.000	4,92	3.766	160	4,25

Fonte: Supab/Gepab

a) Aquisição de Gêneros Alimentícios

Durante o exercício foram realizados, pela Matriz, 22 leilões públicos, sendo adquiridas nesses certames 2.315,4 toneladas de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, macarrão, rosquinhas de coco e sardinha. Também foram agregados aos estoques para distribuição 471,7 toneladas de arroz, feijão e leite em pó oriundos dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e outras 129 toneladas de feijão vinculadas às AGFs. Os produtos foram entregues nos locais especificados nos respectivos Avisos de Leilão, sendo que esta Regional não recebeu produtos adquiridos no exercício.

A Sureg-CE recebeu 368,8 toneladas de diversos produtos, conforme detalhado a seguir.

Quadro LV – Demonstrativo de aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (Em t)			Total
	Leilão	PAA	PGPM	
Açúcar cristal	32,0	-	-	32,0
Arroz beneficiado	160,0	-	-	160,0
Farinha de mandioca	-	32,0	-	32,0
Farinha de trigo	-	-	-	0,0
Feijão	-	48,0	-	48,0
Leite em pó	-	12,0	-	12,0
Macarrão	32,0	-	-	32,0
Óleo de soja	32,0	-	-	32,0
Rosquinhas de coco	12,8	-	-	12,8
Sardinha em lata	8,0	-	-	8,0
Total	276,8	92,0	0,0	368,8

Fonte: Suapb/Gepab

b) Distribuição de Cestas de Alimentos

Durante o exercício foram distribuídas 27.670 cestas de alimentos a igual número de famílias, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LVI – Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Atendimentos Emergenciais	Ano		Atendimentos Emergenciais
2006	N.º Famílias	47.896	2009	N.º Famílias	89.033
	Quant. Cestas	47.896		Quant. Cestas	89.033
	Quant. Produtos(t)	1.291		Quant. Produto	1.923
2007	N.º Famílias	14.694	2010	N.º Famílias	7.000
	Quant. Cestas	14.694		Quant. Cestas	7.000
	Quant. Produtos(t)	343		Quant. Produto	160
2008	N.º Famílias	16.500			
	Quant. Cestas	16.500			
	Quant. Produtos(t)	357			

Fonte: Supab/Gepab

c) Execução Orçamentária

A despesa total executada nesta Regional totalizou R\$545.442,22, destacando-se as despesas com Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, com participação de 97,85%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se aumento de 38,51%.

Quadro LVII - Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de alimentos/MI

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica			Obrigações Tributárias e Contributivas
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	-	4.721,00	-	-	13.219,94	375.847,65	-	393.788,59
2010	-	11.728,11	533.714,11	-	-	-	-	545.442,22

Fonte: Siafi

2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro LVIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebidos	135100	135115	20.122.0350.2272.0001	-	-	1.634,00	-	-	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	76.209.246,25	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	1.730.098,98	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	74.045,40	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	5.230.504,76	-	289612,26	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	5.391.052,15	-	3.164.490,93	23.479,56	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	61.022,68	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	26.357,00	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	624,66	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	52.893,66	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	14.088,65	-	-	-
				20.692.0352.4710.0001	-	-	5.950,50	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	-614,64	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	-	6.794,00	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	4.000.000,00	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	1.273.813,72	-	-	-
				20.301.0352.20CW.0001	-	-	900,00	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	416.643,60	-	-	-
			135552	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	5.886,04	-	-
			135116	08.244.1049.2792.0001	-	-	-8,80	-	-	-
			135133	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	13.064,60	-	-
			135130	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	1.229,07	-	-
			135118	20.122.0352.2829.0001	-	-	27.430,00	13.742,50	-	-
			135597	08.244.1049.2792.0001	-	-	-15,03	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	-1,00	-	-	-
			135000	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	13.014,78	-	-
			135329	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	1.229,07	-	-
			135131	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	1.229,07	-	-
		135347	135115	08.244.1049.2792.0001	-	-	2.001.701,15	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	518.297,37	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	11.272,19	-	-	-
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	512.734,92	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	19.450.960,24	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	373.372,80	-	-	-
			135116	08.605.1049.2802.0001	-	-	-21.749,36	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	-195.007,40	-	-	-
			135597	08.244.1049.2792.0001	-	-	-693.530,60	-	-	-
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	-7.655,68	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	-902.288,70	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concedidos	135115	135100	20.122.0350.2272.0001	-	-	170,32	-	-		
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	19.383.996,14		
				20.306.0352.2012.0001	-	-	113.427,90	-	-		
				20.331.0352.2011.0001	-	-	11.328,00	-	-		
				28.846.0901.0022.0001	11.830,64	-	27.730,46	-	-		
				20.122.0352.2272.0001	287.849,90	-	157.978,82	1.610,26	-		
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	52.006,20	-		
				20.125.0352.2137.0001	-	-	2.451,32	-	-		
				20.126.0352.4702.0001	-	-	210,33	-	-		
				20.128.0360.4572.0001	-	-	20.670,94	-	-		
				20.605.0360.4711.0001	-	-	1.572,44	-	-		
				20.692.0352.4710.0001	-	-	1.544,22	-	-		
				08.244.1049.2792.0001	-	-	444,10	-	-		
				08.605.1049.2802.0001	-	-	1.350,64	-	-		
				20.605.0352.8579.0001	-	-	4.434,50	-	-		
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	2.959,84	-	-		
				20.301.0352.2004.0001	-	-	40.212,81	-	-		
				135552	20.122.0352.2272.0001	-	-	1.085,29	-	-	
				135116	20.605.0352.2130.0001	-	-	4,97	-	-	
					20.122.0352.2272.0001	-	-	1.085,29	-	-	
					08.244.1049.2792.0001	-	-	20.102,18	-	-	
					135133	20.122.0352.2272.0001	-	-	921,27	-	-
				135130	20.122.0352.2272.0001	-	-	64,00	-	-	
				135597	08.244.1049.2792.0001	-	-	36,00	-	-	
					08.605.1049.2802.0001	-	-	11.083,59	-	-	
				135000	20.122.0352.2272.0001	-	-	1.148,81	-	-	
				135329	20.122.0352.2272.0001	-	-	1.075,18	-	-	
				135131	20.122.0352.2272.0001	-	-	9,72	-	-	
		135117		20.605.0352.2130.0001	-	-	-	421.217,18	-		
		135447		20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	21.818.040,57		
				20.122.0352.2272.0001	-	-	2,26	-	-		
		135597		135347	08.306.1049.2798.0001	-	-	900.000,00	-	-	
Movimentação Externa	Recebidos	-	-	-	-	-	-	-			
	Concedidos	-	-	-	-	-	-	-			

2.4.2 – Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro LIX - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ Despesas por Modalidade de Contratação

Em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	224.111,10	248.100,84	224.111,10	248.100,84
Tomada de Preços	375.040,92	52.427,82	375.040,92	52.427,82
Concorrência		140.047,66	0,00	140.047,66
Pregão	2.765.711,87	2.109.959,31	2.765.711,87	2.109.959,31
Concurso	62,06	0,00	62,06	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	4.674.455,30	58.385.351,50	4.674.455,30	58.385.351,50
Inexigibilidade	371.725,13	187.910,86	371.725,13	187.910,86
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	1.014,15	9.279,15	1.014,15	9.279,15
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	959.747,69	4.264.370,08	959.747,69	4.264.370,08
Diárias	566.719,45	797.691,78	566.719,45	797.691,78
Outros				
Não se aplica	26.402.359,97	3.187.060,06	26.402.359,97	3.187.060,06

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas na seguintes modalidade:

- Dispensa de Licitação - no valor total de R\$58.385.351,50, sobressaindo-se os custos de remoção e manutenção dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda), no valor de R\$34.529.925,59, e os das aquisições de produtos agropecuários para distribuição gratuita ou para revenda, adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, com recursos provenientes do MDS e do MDA, no valor total de R\$21.568.685,51;

- Pregão – no valor total de R\$2.109.959,31, cujo maior custo está relacionado à concessão do Auxílio Alimentação aos empregados, no valor total de R\$1.616.671,08.

2.4.3- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro LX - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	5.465.328,25	10.321.876,37	5.465.328,25	10.321.876,37	0,00	0,00	4.990.260,47	9.858.823,89
Outros Benefícios Assistenciais	-	14.874,00	-	14.874,00	-	-	-	14.874,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	789.245,78	862.255,17	789.245,78	862.255,17	-	-	711.161,46	794.285,30
Obrigações Patronais	3.464.989,17	4.158.469,21	3.464.989,17	4.158.469,21	-	-	3.068.005,71	3.764.083,80
Depósitos Compulsórios	916.285,40	1.122.231,11	916.285,40	1.122.231,11	-	-	916.285,40	1.122.231,11
Sentenças Judiciais	294.807,90	4.150.099,23	294.807,90	4.150.099,23	-	-	294.807,90	4.150.099,23
Indenizações e Restituições Trabalhistas	-	13.947,65	-	13.947,65	-	-	-	13.250,45
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	28.836.346,41	30.203.483,82	28.409.246,20	30.152.172,12	427.100,21	51.914,62	27.059.143,22	28.549.464,84
Diárias	566.719,45	797.691,78	566.719,45	797.354,28	-	337,50	565.488,45	796.884,28
Material de Consumo	257.045,33	349.677,26	227.061,63	341.207,42	29.983,70	9.072,76	209.312,77	325.761,71
Material de Distribuição Gratuita	22.864.799,07	23.440.521,76	22.511.399,64	23.440.521,76	353.399,43	-	21.597.307,52	22.287.817,01
Passagens e Despesas com Locomoção	100.224,86	136.205,96	100.224,86	135.880,96	-	325,00	85.639,66	135.880,96
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	86.061,28	87.730,66	86.061,28	87.730,66	-	-	83.292,68	75.318,88
Locação de Mão-de-Obra	610.400,97	733.480,53	610.400,97	733.480,53	-	-	549.461,83	722.623,85
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	4.222.850,99	4.276.866,02	4.179.133,91	4.234.686,66	43.717,08	42.179,36	3.842.167,95	3.824.236,83
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	122.184,49	112.241,16	122.184,49	112.241,16	-	-	120.412,39	111.872,63
Sentenças Judiciais	-	263.881,80	-	263.881,80	-	-	-	263.881,80
Indenizações e Restituições	6.059,97	5.186,89	6.059,97	5.186,89	-	-	6.059,97	5.186,89
4 – Investimentos	661.197,23	79.074,91	271.995,80	15.357,78	389.201,43	63.717,13	271.789,88	15.357,78
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	374.795,43	-	-	-	374.795,43	-	-	-
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	286.401,80	79.074,91	271.995,80	15.357,78	14.406,00	63.717,13	271.789,88	15.357,78
5 – Inversões Financeira	4.357.189,17	34.834.667,33	1.255.887,44	18.193.235,41	3.101.301,73	16.641.431,92	774.697,77	15.698.468,91
Aquisição de Produtos para Revenda	4.357.189,17	34.834.667,33	1.255.887,44	18.193.235,41	3.101.301,73	16.641.431,92	774.697,77	15.698.468,91
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	39.320.061,06	75.439.102,43	35.402.457,69	58.682.641,68	3.917.603,37	16.757.063,67	33.095.891,34	54.122.115,42

Fonte: Siafi

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames Periódicos, esta não executada em 2009 pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$75.439.102,43, com variação, a maior, de 91,86%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

- Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o pagamento do INSS, no valor de R\$2.647.305,78, e do FGTS, no valor de R\$908.542,32. A execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O Grupo representou 13,68% do total empenhado em 2010 com variação, a maior, de 88,86% em relação a 2009.

- As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 40,04% do empenho total, com variação, a maior, de 4,74% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$23.440.521,76, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).

- Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$79.074,91, representando cerca de 0,1% do total empenhado, com variação, a menor, de 88,04% em relação ao ano anterior. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se os serviços de adaptação das instalações, no valor de R\$41.172,50. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados neste grupo foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.

No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$34.834.667,33, com variação, a maior, de 699,48% em relação a 2009.

2.4.4 – Execução Física das Ações

Quadro LXI - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	12	7	230
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	920	922	920
20	365	0352	2010	A	4	criança atendida	40	77	70
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	190	183	160
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	230	246	235
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	0	0	0
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	29	91	30
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	6	7	6
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	94	2	50
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	230	23	138
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	1	0	1
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	590	67	63
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	9	9	9

Fonte: Difin/Supor/Geare

Análise Quanto ao Cumprimento das Metas

a) Cumprimento das Metas Físicas

b) Ações que apresentaram problemas de execução

2.4.5 – Indicadores de Desempenho ou Institucionais

Ao longo de sua história, a Conab criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e pela dificuldade de obtenção de dados e informações consistentes.

Também foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Esses não chegaram a ser implementados, em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e da mudança nas diretrizes políticas.

Com a implantação do Planejamento Estratégico, como um Projeto incluído no Programa de Revitalização da Conab, a Companhia foi dotada de um conjunto de indicadores considerados suficientes para a medição e avaliação do desempenho da gestão. Contava, então, com o patrocínio da alta direção da Conab e foi amplamente disseminado em toda a sua estrutura orgânica, sendo

interrompido em 2007 para reavaliação, não tendo sido portanto apurado os indicadores.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Geare, foi resgatado o material elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as dimensões: efetividade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2008, a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLAN/MAPA, deu início à criação de novos indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no PPA-2008/2011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento de benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período, observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, quanto à facilidade de cálculo e obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da Geare e, após a validação junto aos CANs, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação. Esses indicadores, definidos para as ações constantes do PPA, são basicamente de eficácia, e objetivam aferir o andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como as justificativas, são inseridas no SIPLAN/MAPA.

Para nivelamento do desempenho apurado foram realizadas diversas reuniões de avaliação, envolvendo o Gerente Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar, os respectivos CANs e analistas da CGPLAN/MAPA, apresentando os resultados e buscando soluções para os entraves que dificultavam o bom desenvolvimento das ações.

Os Resultados apurados dos indicadores relacionados às ações meio (administrativas) e às ações finalísticas foram comentados no item B – Informações sobre a Execução Física, Financeira e Indicadores.

Para o ano de 2011 está prevista revisão dos indicadores vinculados ao PPA e o resgate com consequente atualização das metas e indicadores do Planejamento Estratégico da Conab.

Ação: Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	2,13
Análise: A programação estabelecida pela Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques não foi cumprida em 2010 pela dificuldade na formação de equipes para a realização do censo de armazenagem.				

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				96,88
2009				86,63
2010	Meta:	100,00	Realizado	41,43
Análise: Face a não realização do do censo de armazenagem, a dotação orçamentária foi realocada para outras Suregs. A dotação de R\$1.000,00 estava destinada à realização de cadastramentos emergenciais para aumento da capacidade estática credenciada para apoio aos instrumentos de apoio à comercialização				

Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				30.322,12
2010	Meta:	-	Realizado	207,17
Análise: Em relação da 2009 o custo por unidade cadastrada apresentou redução de 99,32% face à participação de empregados no censo de armazenagem em outras Regionais naquele ano.				

Ação: Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				61,46
2009				10,49
2010	Meta:	100	Realizado	19,16
Análise: A execução desta Ação se dá por demanda da Matriz, em 2010, foram realizadas apenas cadastramento de fontes de informações e levantamento de preços para os novos produtos da PGPAF, PGPMBio, Siagro e PAA				

Ação: Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				-
2008				157,14
2009				326,67
2010	Meta:	100,00	Realizado:	313,79
Análise: A execução, a maior, se deve ao aumento das fiscalizações sobre a regularidade dos instrumentos de apoio à comercialização, tais como: PEP e PEPRO				

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na C				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				92,22
2008				74,62
2009				98,41
2010	Meta:	100,00	Realizado:	68,08
Análise: A execução, a menor, deve-se à menor participação de fiscais desta Regional na realização de fiscalização em outras Suregs da Conab				

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,31
Análise:				

Nome: Custo por Fiscalização realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				-
2008				407,01
2009				803,32
2010	Meta:	803,32	Realizado:	224,45
Análise: A execução, a menor, deve-se à menor participação de fiscais desta Regional na realização de fiscalização em outras Suregs da Conab				

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \cdot 100]$				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis				
Resultados:				
2007				107,77
2008				102,31
2009				93,86
2010	Meta:	100,00	Realizado:	121,52
Análise: A execução superou a meta prevista em 21,52% em função da existência de maior quantidade de estoques de milho nos períodos de fiscalização				

Ação: Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				200,00
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100	Realizado	100,00
Análise: O indicador apresentou resultado esperado				

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				96,02
2008				68,57
2009				71,19
2010	Meta:	100,00	Realizado	62,58
Análise: Execução a menor devido a não ocorrência de pesquisas adicionais.				

Ação: Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				233,33
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	116,67
Análise: Execução, a maior, em função da aquisição de equipamentos em atendimento aos critérios de certificação de armazéns				

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				96,78
2008				91,85
2009				99,81
2010	Meta:	100,00	Realizado	95,38
Análise: O resultado apurado está dentro do parâmetro esperado				

3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência

4 – Restos a Pagar no Exercício e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 - Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro LXII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	931.078,05	0,00	0,00	931.078,05
2009	2.306.566,35	0,00	0,00	2.306.566,35
2008	1.014.208,71	79.525,01	880.969,22	53.714,48
2007	687.699,91	176.525,01	132.003,73	379.171,17
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	102.525,26	0,00	0,00	102.525,26
2009	3.917.603,37	0,00	0,00	3.917.603,37
2008	222.489,22	52.530,22	169.959,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SUREG/CE/GEFAD/SECOF

4.2 - Análise Crítica

A Sureg/CE., apresenta um montante inscrito de R\$ 931.078,05 (novecentos e trinta e um mil, setenta e oito reais e cinco centavos) de Restos a Pagar relativos ao exercício de 2010, correspondentes a valores da folha de pagamento, juntamente com os encargos incidentes, tais como INSS e FGTS.

No que tange aos valores correspondentes a Restos a Pagar não Processados, exercício de 2010, refere-se aquisições de bens destinados as Unidades Operacionais, cujas aquisições ocorreram no ano sob análise e que tiveram os pagamentos postergados para o exercício seguinte.

5- Composição dos Recursos Humanos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, a quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg-CE contava com 250 empregados, sendo 204 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos

Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	250	1	4
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	204	1	4
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	204	1	4
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	46	0	0
1.4.1 Cedidos	-	37	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	9	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	250	1	4

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de empregados 96 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 64,86% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro LXIV - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2010

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg-CE		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	75	74	(1)
Reintegrado (Transitado)	74	72	(2)
Reintegrado Liminar	9	9	-
Anistiado (Transitado)	32	32	-
Anistiado (Liminar)	32	31	(1)
Anistiado (Lei 8878/94)	31	32	1
Total	253	250	(3)

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

A faixa etária entre 51 a 60 anos apresenta concentração de 62,8% do número de empregados, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos com 21,6%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXV – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	1	3	54	157	35	250
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	1	3	46	134	29	213
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	8	23	6	37
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	0
3. Total	1	3	54	157	35	250

Fonte: Sutin

Do quadro de empregados apenas 24,0% possui curso superior com especialização/mestrado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXVI – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provento de cargo efetivo	1	22	35	21	98	32	15	1	0	0	225
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	1	16	27	21	78	28	14	1	-	-	186
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	6	8	-	20	4	1	-	-	-	39
2. Provento de cargo em Comissão	0	0	0	1	12	6	3	3	0	0	25
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	1	12	6	3	3	-	-	25
3. Total	1	22	35	22	110	38	18	4	0	0	250

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Além dos empregados a Regional contava com 14 estagiários todos de nível superior, custo anual de R\$126.436,00 (salário mais auxílio transporte).

Quadro LXVII – Composição do Quadro de Estagiários Situação Apurada em 31/12/2010

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprobadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	14	14	15	14	14	14	126.436,90
Área Fim	3	3	3	3			
Área Meio	11	11	12	11			
Nível Médio	1	1	0	0			
Área Fim	-	-	-	-			
Área Meio	1	1	-	-			
Total	15	15	15	14	14	14	126.436,90

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Quadro LXVIII – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (R\$)	Despesas Variáveis (Em R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	15.232.748,41	0,00	1.112.722,04	4.565,00	0,00	0,00	0,00	16.350.035,45
2009	17.091.212,31	0,00	1.100.273,06	3.298,00	0,00	0,00	0,00	18.194.783,37
2010	17.515.642,02	0,00	1.168.002,94	0,00	0,00	0,00	0,00	18.683.644,96
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	1.842.848,05	0,00	8.372,01	1.224,00	0,00	0,00	0,00	1.852.444,06
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sutin

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2010.

Quadro LXIX – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento														
UG/Gestão: 135115/22211 – Superintendência Regional do Ceará										CNPJ: 26.461.699/0108-10				
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
						F		M		S				
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2010	V	O	Fortaleza Seg	01/06/10	01/06/11							P	31	31
Observação:														
Legenda:														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada														

Fonte:

Quadro LXX – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome:															
UG/Gestão:										CNPJ:					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2010	7	O	Advocacia		13/10/10	13/10/11								*	*
2010	7	O	PCMSO		13/02/10	13/02/11								1	1
Observação: * Não ficou definido em contrato o número de Empregados e Advogados.															
Legenda:															
Área:															
1 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;															
2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;															
3 – Serviços de Copa e Cozinha;															
4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis;															
5 – Serviços de Brigada de Incêndio;															
6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;															
7 – Outras.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte:

Quadro LXXI – Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	2	Ed. Sede da Sureg Ceará
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	2	Unidade Armazenadora de Crateús
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	4	Unidade Armazenadora de Iguatu
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	2	Unidade Armazenadora de Juazeiro do Norte
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	2	Unidade Armazenadora de Russas
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	2	Unidade Armazenadora de Senador Pompeu
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	2	Unidade Armazenadora de Sobral
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	2	Unidade Armazenadora de Tauá
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	2	Prédio da Ex-Unidade Armazenadora de Brejo Santo
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	2	Prédio da Ex-Unidade Armazenadora de Tianguá
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	7	Unidade Armazenadora de Maracanaú
Fortaleza Segurança	Vigilância Ostensiva	2	Arquivo Inativo da Sureg Ceará

Legenda:

Área:

- 1 – Apoio Administrativo Técnico e Operacional
- 2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- 3 – Serviços de Copa e Cozinha;
- 4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis
- 5 – Serviços de Brigada e Incêndio
- 6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
- 7 – Higiene e Limpeza
- 8 – Vigilância Ostensiva
- 9 – Vigilância Ostensiva
- 10 – Outras

5.1 - Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de

cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

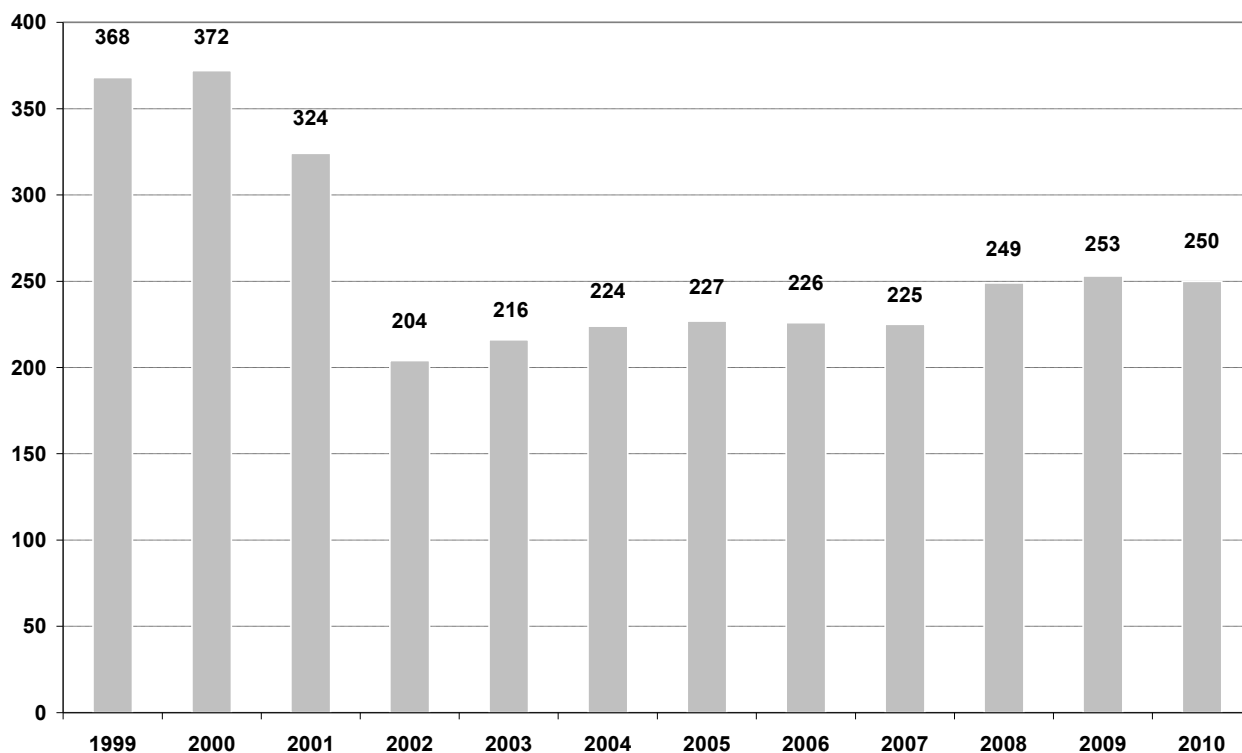
Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a Sureg-CE apresenta situação idêntica. A figura a

seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica forte redução até o exercício de 2002 e em seguida a recomposição parcial do número de empregados.

Figura II - Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sureh/Gepes

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na Sureg-CE existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 76,8% do número de empregados tem idade superior a 51 anos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXII – Faixa Etária X Tempo de Trabalho

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	31 a 35	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	36 a 40	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	41 a 45	2	-	-	-	2	2	-	-	-	6
	46 a 50	6	6	10	3	3	20	-	-	-	48
	51 a 55	10	4	11	3	6	31	19	-	-	84
	56 a 60	7	6	5	2	1	37	14	1	-	73
	61 a 65	-	7	5	3	1	8	3	-	-	27
	66 a 70	3	-	1	1	-	-	1	-	-	6
	Mais de 70	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
Total		32	24	32	13	13	98	37	1	0	250

Fonte: Sureh

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

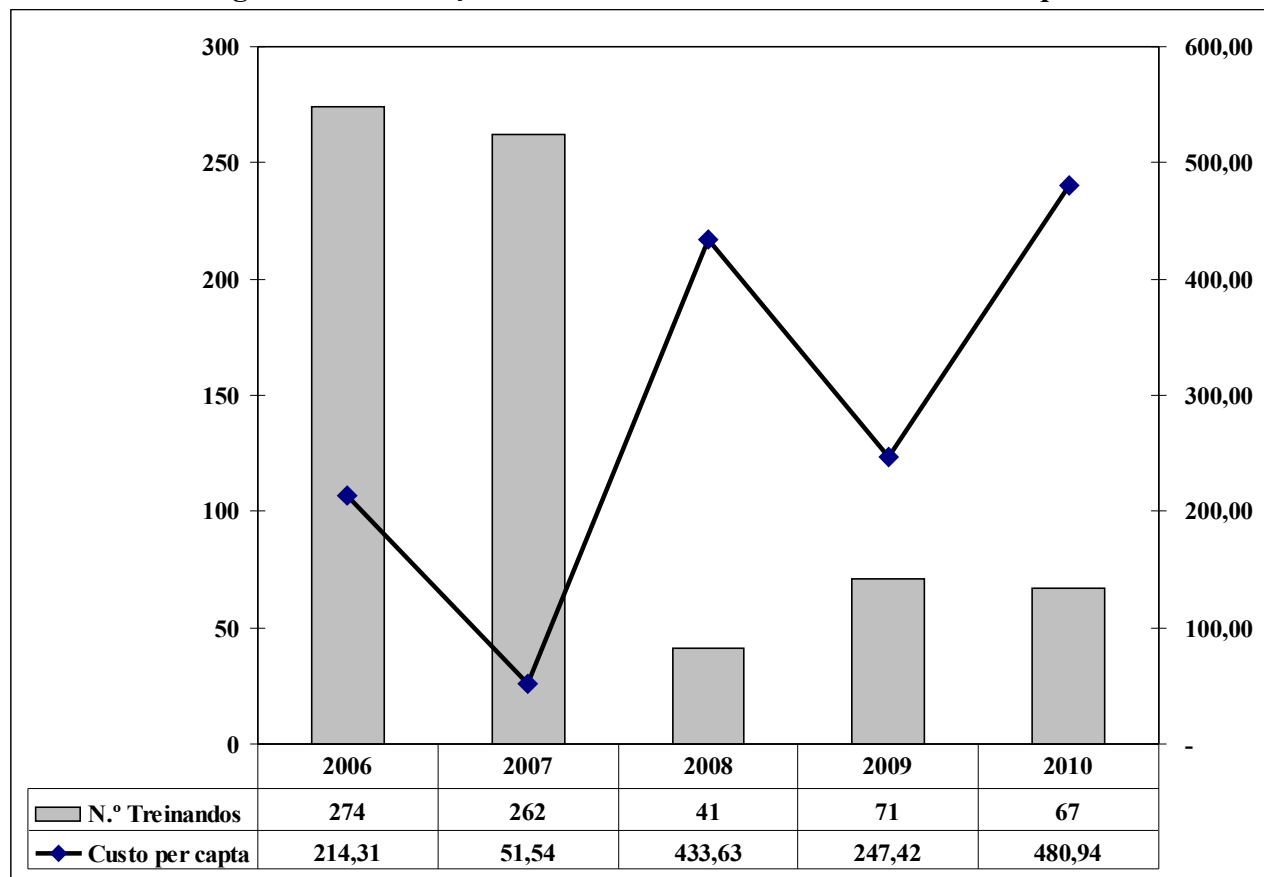
Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 15 empregados (6,0% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Nos exercícios anteriores houve maior demanda por cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal e na motivação para o trabalho, com participação de maior número de empregados e realização por instituições locais, facilitando a realização dos eventos e redução dos custos. Em 2010, verificou-se redução de 5,6% no número de treinandos e aumento de 94,4% no custo *per capita*, devido à participação de empregados em eventos realizados na Matriz, em Brasília, e nos estados de São Paulo, da Paraíba, do Rio Grande do Sul, de Goiás e do Paraná, com consequente aumento das despesas com diárias e passagens.

Figura III – Evolução do N.º de Treinados e do Custo *Per Capta*

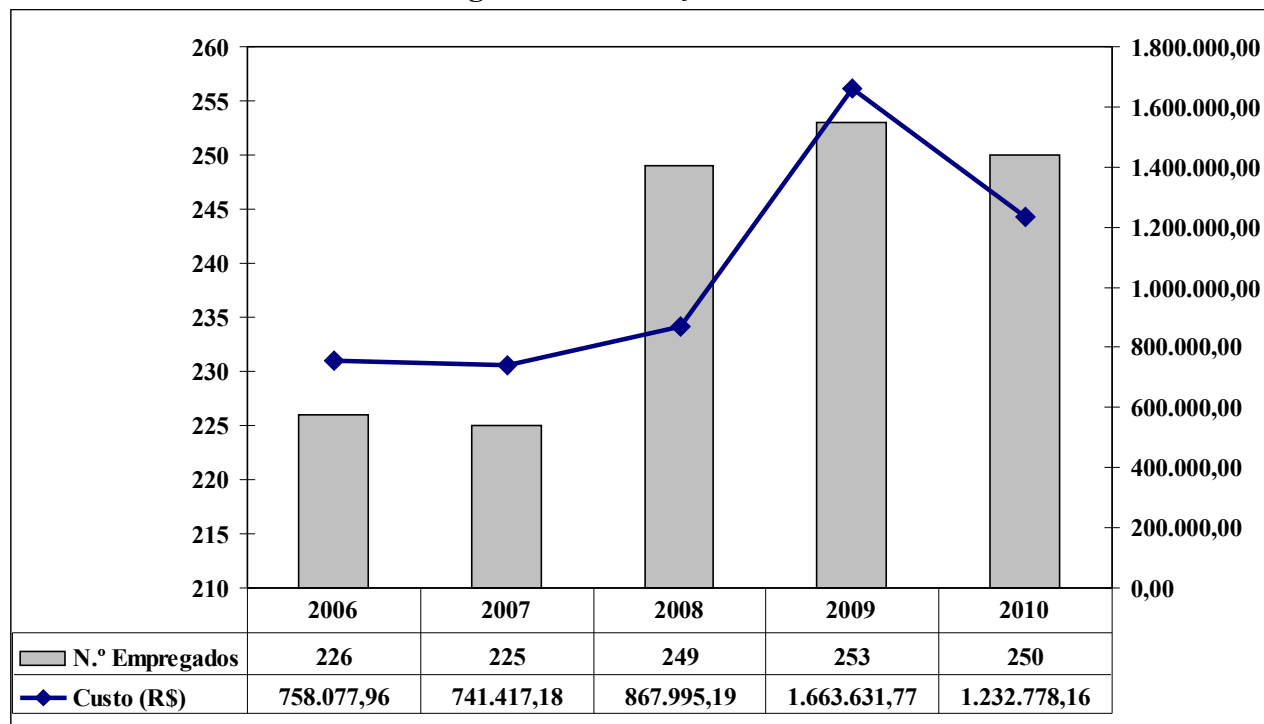


Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Em decorrências dos esforços realizados não foi registrada a ocorrência de acidentes de trabalho em 2010.

Além da redução de 1,2% do aumento do número de empregados em relação ao exercício anterior, verifica-se também decréscimo de 25,9% nas despesas com assistência médica e odontológica, invertendo a tendência de crescimento verificada nos exercícios anteriores.

Figura IV – Serviços de Saúde

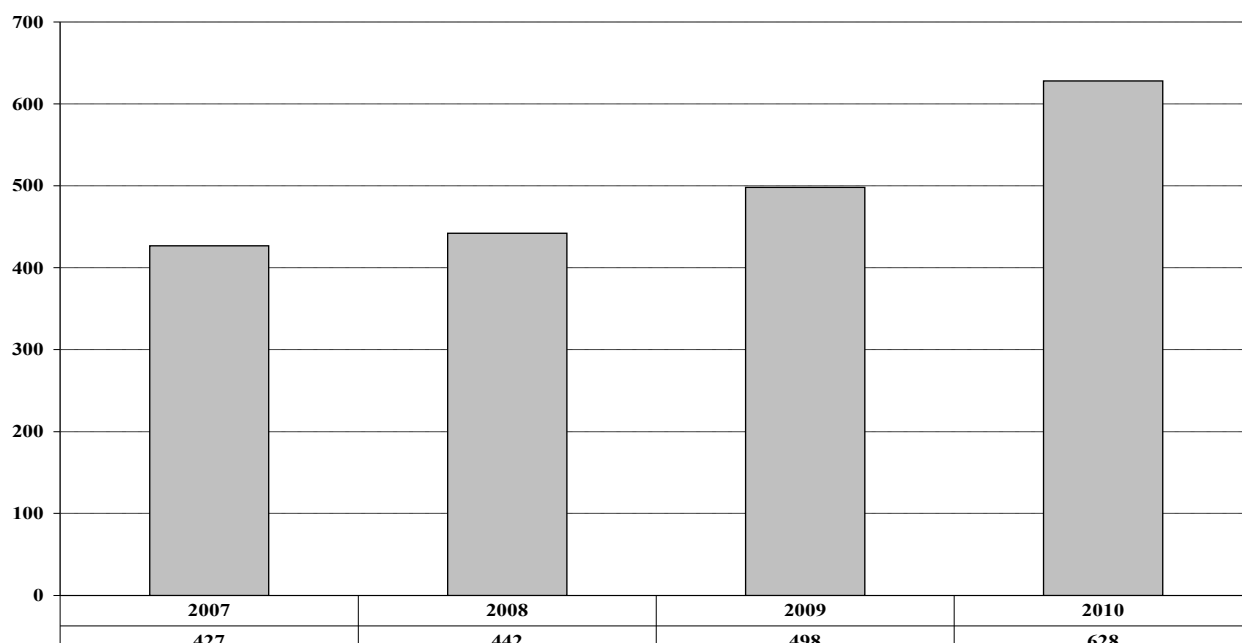


Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista em quase toda a Conab, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se crescimento de 26,1% com manutenção da tendência de crescimento verificada nos últimos exercícios. No fim do exercício havia 628 processos em que a Companhia figura como agente passivo.

Figura V – Evolução das Demandas Trabalhistas



Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

Quadro xxxx - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: Proge

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos

humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

6 – Informações sobre Transferências

Não houve ocorrência.

7 – Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

a) Declaração do Siconv



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente



Mara Nivia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

b) Declaração do Siasg

fazer declaração conforme modelo abaixo



**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – SUPAD
GERÊNCIA DE CONTRATOS – GECOT**

DECLARAÇÃO

Esta Gerência de Contratos, a teor de solicitação da SUPOR, declara, nos termos do artigo 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que os contratos administrativos advindos da Comissão Permanente de Licitação da matriz desta Empresa Pública Federal são regularmente lançados no SIASG por esta gerência.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.


LUCIANO CORCINO DO NASCIMENTO
GERÊNCIA DE CONTRATOS
Gerente

8 – Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei n.º 8.730/93

Em atendimento à Portaria Interministerial MP/CGU n.º 298/2007, todos os agentes públicos (servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou em comissão, de qualquer nível ou natureza, os empregados públicos, os diretores e empregados de empresas estatais, os agentes que exercem mandato em órgãos e conselhos de caráter deliberativo e aqueles contratados por tempo determinado) deverão autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física ou apresentar anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado. Para tanto, a Companhia disponibiliza em sua intranet formulários específicos para preenchimento, a fim de garantir que todos os empregados cumpram com o que determina a Lei supra.

9 – Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Quadro LXXIV – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X			
Monitoramento		1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.						
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

10 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro LXXV – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? → Descarte de embalagens de agrotóxicos				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). → Aquisição de lenha certificada pelo IBAMA				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? → Uso de Biodiesel				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>➔ Folders e comunicações internas</p>					
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p>			X		
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração-Supad, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin</p> <p>Outras Informações:</p> <p>1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da Conab-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A Conab iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais.</p> <p>2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vistas a atender às exigências dos órgãos estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA.</p> <p>3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a Conab exige dos fabricantes: cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado, e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias.</p> <p>4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA n.º 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases.</p> <p>5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso-TO.</p> <p>6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água.</p> <p>7) Em atendimento a exigências dos órgãos de controle ambiental de Minas Gerais foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da</p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário

a) Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme exposto no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

b) Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Não há ocorrência na Sureg/CE

c) Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da UJ

Não há ocorrência na Sureg/CE

12 – Gestão da Tecnologia da Informação

Quadro LXXVI - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide Relatório a seguir					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

12.1 – Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Superintendência de Gestão Tecnológica da Informação-Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PD TI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação–PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço eletrônico <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização-NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Sutin e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

12.2 – Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

O quadro de pessoal permanente da Sutin necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

Quadro LXXVII - Técnicos da Sutin por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	1
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	3
Total	85

Fonte: Sutin

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente)

Quadro LXXVIII - Técnicos da Sutin por Área

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação-Gesin	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software-Gesof	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação-Geasi	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico-Gesut	12	0	2	14
Total	39	43	3	85

Fonte: Sutin

12.3 – Segurança da Informação

12.3.1 – Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a Sutin, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que

tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

- implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
- vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;
- análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
- monitoramento dos serviços críticos de TI;
- instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
- implantação de sistema de análise de *logs*;
- virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
- reestruturação da política de *backup*;
- elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;
- elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – *Governance Maturity Model* para análise do *framework* Cobit);
- Tratamento e Respostas a Incidentes;
- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) na Conab, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);
- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);
- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da

Informação–CGSI) em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);

- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

12.3.2 – Segurança Física

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da Sutin, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

12.4 – Desenvolvimento e produção de sistemas

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação–Gesinde e de Engenharia de Software–Gesof. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 12.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a Sutin utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a Sutin se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação, que possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo.

12.4.1 – Relação de sistemas entregues em 2010

- **SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo:** para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da Conab, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.
- **SISMAT - Sistema de Material,** composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.
- **SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques,** com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sitio Internet e/ou intranet.
- **Módulo Entrega de CPR Estoque e Doação - PAA**Net : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPRs.
- **Módulo Entrega de CPR Estoque e Doação:** permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.
- **Módulo consulta pública de Preços Praticados no PAA:** apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR-Estoque e CPR-Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPRs.
- **Módulo consulta pública de Transparência Pública do PAA:** apresenta as informações das CPRs formalizadas nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.
- **SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento –** com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.
- **Módulo consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar:** consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.
- **Módulo consulta pública de preços de insumos agropecuários:** consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.
- **Módulo consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos:** consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.
- **Módulo DW:** desenvolvimento da **solução PENTAHO-DW** para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.

- **SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras** , com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.
- **Módulo solicitação pública de cadastro de armazém:** permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab.
- **Módulo consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras:** permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.
- **Módulo consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada:** permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.
- **XFacWeb – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos**, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada;
- **Módulo consulta pública de Preços Praticados no Venda em Balcão:** disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;
- **Módulo consulta pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado:** viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.
- **Módulos de consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque:** viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;
- **Módulo de consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem:** viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;
- **Módulo de consulta de Vendas Refap:** viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa Refap;
- **Módulo de consulta de Doações** (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;
- **Módulo de consulta de Vendas em Balcão:** viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;

- **Módulo de envio de mensagens automáticas:** disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e Suregs apontando, todo dia 1.º e 15.º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;
- **SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas:** mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;
- **NFe e EFD/Sped Fiscal:** conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;
- **Portal Nfe:** Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário;
- **ETL xFac/xFacWeb:** processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;
- **ETL SISCOE/xFac Postgres:** processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica - Siscoe em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab;

12.4.2 – Relação de sistemas mantidos em 2010

- **SAFRAS:** Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela Conab.
- **xFac Postgres:** disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.
- **SISOUV:** reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.
- **SIGEST-PAA:** reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.
- **SIAGRO:** implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.
- **xFAC:** implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

12.5 – Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI. Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos

legais.

12.5.1 – Aquisição de Equipamentos

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009 1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores Microcomputadores + monitores	295 350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Uas Servidores pequeno porte Suregs Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: Sutin

12.5.2 - Contratação de serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

- Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.
- Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma Solução de Controle de Processos Judiciais e Gestão Jurídica, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas a assinatura de contrato pelas partes.
- Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo Dest no ano de 2009.
- Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab,

objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.

- Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).
- Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.
- Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas–NF-e emitidas pelos sistemas internos da Conab.
- Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.
- Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.
- Renovação do contrato firmado com a empresa RTM-Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP–Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.
- Renovação do contrato firmado com o Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

12.6 – Portal da Companhia

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

a) Portfólio de Soluções e serviços de TI: <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>

b) Plano Diretor da Tecnologia da Informação–PDTI: <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>

c) Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki): <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

13 – Informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal

Deixamos de apresentar informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

14 – Renúncias Tributárias

Não houve ocorrência.

15 – Atendimento às Determinações do TCU

Em 10 de fevereiro de 2010 recebemos a CI/PRESI nº049, encaminhando-nos cópia do Acórdão nº 254/2010 do TCU – 1ª Câmara, solicitando manifestação desta Superintendência Regional e encaminhamos Ofício SUREG/CE nº 2110 de 22/07/2010 à Controladoria Geral da União – Ceará, no qual fizemos constar informações relativas aos imóveis de Aracoiaba, Tianguá e Icó.

a) Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve ocorrência na Sureg/CE

b) Situações das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Não houve ocorrência na Sureg/CE

c) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve ocorrência na Sureg/CE

d) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve ocorrência na Sureg/CE

16 – Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno

Informações detalhadas no Anexo A

17 – Outras Informações Relevantes para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício de 2010

As informações prestadas no presente Relatório, espelham o desempenho da gestão no exercício de 2010, não cabendo informações adicionais.

18 – Informações Contábeis da Gestão

a) Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
Companhia Nacional de Abastecimento			135115
 <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Fortaleza – CE,	Data	31/12/2010
Contador Responsável	João César Ferreira Sales	CRC nº	009485/0-5

Setor Contábil e Financeiro – Sureg Ceará
João César Ferreira Sales
Contador CRC-CE nº 009485/0-5
CPF: nº 073.413.693/53
Encarregado

b) Demonstrações contábeis Previstas na Lei n.º 4,320/64

A Conab está dispensada de apresentar estas demonstrações por executar sua contabilidade no SIAFI.

c) Demonstrações Contábeis Lei n.º 6.404/76

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 9252-O

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoxarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DETALHAMENTO	2010	2009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECEITA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-) DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSE. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF.P/RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF.P/RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010*****Sumário***

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada a cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do

LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Em R\$ mil

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

- R\$28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

- R\$116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

⁽¹⁾ incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

⁽²⁾ Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Descrição	Posição em 31/12/2010	
	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601

Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros ⁽¹⁾	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

⁽¹⁾ Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

• Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

• Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR

Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	20010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$15.360 mil, pertinentes a depósitos e

cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.609

Passivos Contingentes – Possível

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da joia, indenizações por danos morais e materiais,

desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317.523	254.830	369.167

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$2.151 mil e R\$5.825 mil, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$514 mil e R\$2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$31.357 mil:

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº

19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da

Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repassé – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repassé – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

Em R\$ mil

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.081 municípios e 94 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 226 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$362.500 mil no ano de 2009 e R\$379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR

PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE

DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO

DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

18.4 – Informações Sobre a Composição Acionária do Capital Social

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos

Superintendência de Contabilidade

Superintendente

Contador CRC DF 009252/O-8

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100%				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		-	-	-

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

18.5 – Parecer da Auditoria Independente




À
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.


ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O - 3 - "S" - DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 - "S-DF"

19 – Informação sobre a Remuneração paga aos Administradores

19.1 – Remuneração paga aos Administradores

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

Quadro LXXIX- Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																Em R\$1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	Em exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edilson Guimarães	-	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delgado	-	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	-	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036,94	14.773,88
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.590,02	19.752,42
Milton Elias Ortolan	-	Em exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668,22	8.320,05
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	164.575,37
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(1)	Período		Remuneração													Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	
Francisco Wayner Moreira	28/05/10	Em exercício							2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232,31	9.543,79
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036,94	12.561,15
Pedro Ataíde Cavalcante	-	Em exercício	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	29.139,68
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	Em exercício	0,00	0,00	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	23.971,24
Total			7.903,65	6.637,11	8.853,08	8.850,92	6.638,19	4.425,46	6.638,19	6.638,19	6.638,19	8.850,92	6.638,19	6.638,19	6.645,45	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop

Quadro LXXX- Síntese da Remuneração dos Administradores

a) Diretoria da Conab

Órgão			
Diretoria da Conab			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82

Fonte: Sureh/Gefop

b) Conselho Fiscal

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop

c) Conselho de Administração da Conab

Órgão

Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: Sureh/Gefop

20 – Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ.

20.1 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:

a) Identificação da Entidade

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

b) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

Quadro LXXXI – Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal da Conab

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

Fonte: Conab/Sureh

c) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Quadro LXXXII – Síntese da Remuneração do Conselho de Administração

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição	Participação %
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	0	0,00	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
Total	1.605	12.075.412,45	-

Fonte: Conab/Sureh

d) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

d.1 – Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
AC	2	31.207,22	13,90%
AL	37	157.213,78	70,01%
AM	34	214.071,76	95,33%
AP	0	0,00	-%
BA/SE	36	191.689,52	85,36%
CE	127	599.101,43	266,78%
ES	45	306.688,38	136,57%
GO	112	792.674,69	352,97%
MA	46	202.028,64	89,96%
MG	78	590.833,20	263,10%
MS	62	354.681,18	157,94%
MT	46	285.238,45	127,02%
PA	26	182.143,75	81,11%
PB	42	273.619,01	121,84%
PE	114	604.503,00	269,18%
PI	28	181.353,06	80,76%
PR	81	543.004,15	241,80%
RJ	44	343.808,71	153,10%
RN	39	253.418,56	112,85%
RO	22	160.639,48	71,53%
RR	1	16.682,27	7,43%
RS	57	341.514,53	152,07%
SC	29	224.569,84	100,00%
SE	0	0,00	-%
SP	37	342.157,31	152,36%
TO	14	152.290,13	67,81%
Matriz	446	4.728.932,61	2105,77%
Total	1.605	12.074.064,66	-

Fonte: Diafi/Sucon/Gecon, DRE e Siafi

d.2 – Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$12.701.315,31*

*OBS: A diferença de R\$1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscritos em Restos a Pagar não processados.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

d.3 – Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97*

*OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscritos em Restos a Pagar não processados.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos

Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

e) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

f) Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

g) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Quadro LXXXIII – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras FIF	174.496.149,19	34,24		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	31.496.130,76	6,18		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	16.169.966,34	3,17		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	10.302.310,20	2,02		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	5.023.854,22	0,99		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	129.487.409,06	25,41		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 A 18/05/2012	4.793.081,53	0,94		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.075.751,03	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	7.068.600,22	1,39		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	4.823.134,08	0,95		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	5.930.161,05	1,16		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	9.391.134,04	1,84		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	4.687.054,97	0,92		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	7.010.143,31	1,38		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	11.629.343,60	2,28		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	10.371.496,49	2,04		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.496.218,06	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	4.501.649,54	0,88		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	4.293.278,63	0,84		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a / /	5.191.643,16	1,02		
1.24-Barigui Financeira S/A – 18/11/10 a 18/11/15	2.069.148,77	0,41		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	6.118.907,83	1,2		
Títulos de Empresas	5.008.297,04	0,98		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 – Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Energética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte – DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

h) Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/Nº 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU nº. 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.
- c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.

i) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN**, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16.º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina

que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

I.I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09

Quadro LXXXIV - Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento

Segmentos	Alocações		2010	Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009		
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Quadro LXXXV- Meta de rentabilidade

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY'S INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA,A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk*

(VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

Segmento de renda fixa: 1,5%;

Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC nº 13 de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o

CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Quadro LXXXVI - Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos Jan a Dez/2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	6,73%	7,02%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Fonte: Cibrius

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN nº 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação aos parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Fixa de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$ 79 mi para R\$ 129 mi e quotas de FIF de R\$ 8,6 mi para R\$ 31,5

mi, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentaram um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de promover o bem-estar social dos seus destinatários.

a) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP nº014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da BDO Trevisan Auditores Independentes, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

- “1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$ 596.267 mil**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade**

de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE). Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1º instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2009 o instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$ 189.749 mil**, dos quais R\$ 174.892 mil referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

b) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC nº 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional nº 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no

Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$ 641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$ 608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$ 32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$ 799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$ 44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$ 146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;
- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$ 578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar;

- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$ 44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e consequentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;
- Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI Nº 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios nº 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e nº 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/Nº 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício nº 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI Nº 412 de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício nº 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício Nº 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício nº 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o

encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE Nº2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;

- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$ 44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.

- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido

Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$ 684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/Nº 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de jóia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com

insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7º da Lei nº108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$ 693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270936139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)

<i>ANO</i>	<i>Receitas Previdenciárias</i>	<i>Contrato R\$44.830.506,05</i>	<i>Despesas por Repartição</i>	<i>Despesas Previdenciárias</i>	<i>RESULTADO</i>
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

20.2–Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, como disposto no art.25 da Lei Complementar n.º108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origens aos Relatórios Audin Nº 01/2010, Nº 02/2010 e Nº 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão- Audin Nº 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados ao longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A)Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de, no mínimo, quatro

representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B)Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

C)Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e

legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente -, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 -Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

D)O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.:

E)Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

F)Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante.

O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

G)Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis..

H) No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre às que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

H)por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

I) Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subseqüentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

J) A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais

atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevaletentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de

contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: *“Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”*.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.)

11 Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

Quadro LXXXVII - Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDIA FIXA	19,32%	10,93%	7,56%
RENDIA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%		-26,85%
FUNDO IMOBILIÁRIO	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE	INPC+6% aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2003	JAN A DEZ 2003	
RENTA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENTA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%		-30,64%
FUNDO IMOBILIÁRIO	5,26%		-10,03%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 03/2010

Exercício de 2002

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “*que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001*”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação

contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002 “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”*.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

11. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

Anexo A

Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna da Conab

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
5/2010 - (AVG) - SUREG CE/CE -	674 - Analisamos os extratos dos cartões de pagamentos dos responsáveis, nas unidades jurisdicionadas à Sureg/CE e constatamos que há compras indevidas, com esse instrumento, como é o caso da aquisição de materiais de higiene, limpeza e outros. Lembramos à Sureg/CE que as compras realizadas com o CPGF têm caráter de excepcionalidade, não se prestando à despesas que podem ser objeto de licitação ou de procedimento licitatório, como é o caso da dispensa de licitação baseada no art. 24 inciso II da Lei n.º 8.666/93, assim, a finalidade do suprimento de fundos via CPGF é a de atender a despesas que não possam aguardar o processo normal de aquisição, ou seja, é a exceção quanto a não-realização de procedimento licitatório. Dessa forma, ficou estabelecido, ainda, o percentual de 0,25% do valor constante na alínea "a", do Inciso II, do art. 23, da Lei n.º 8.666/93, como limite máximo de despesa de pequeno vulto, no caso de compras e outros serviços, qual seja, limite de R\$200,00 por despesa, sendo vedado o fracionamento da despesa - dividir em mais de um documento comprobatório ou ainda, mais de uma despesa no mesmo exercício - para adequação ao referido limite. Ainda que não proibida, especial atenção deverá ser observada na aquisição de material permanente por meio do CPGF, pois é evidente que são raras as situações justificáveis para a aquisição de material permanente via CPGF. No sentido de subsidiá-los quanto à utilização correta e racional do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, sugerimos a leitura do manual de perguntas e respostas disponível no sítio da Controladoria Geral da União, no endereço: www.cgu.gov.br/Publicacoes/SuprimentoFundos/Arquivos/SuprimentosCPGF.pdf .	674.1 - Recomendamos à Sureg/CE que passe a controlar as despesas efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, inibindo as iniciativas dos responsáveis pelos suprimentos, quanto às aquisições não permitidas nessa modalidade.	de marcelino.viana em 25/05/2010 como Pendente Devido a falta de dispositivo capaz de inibir tais ações, vez que as liberações de créditos são feitas de forma genérica na atividade de despesa que trata de aquisição de material de consumo em geral, adotamos como medida preventiva a reiteração das orientações que norteavam a prática aplicada aos tradicionais Fundos de Caixa, por serem idênticas às dos CPGF. Para tanto, transcrevemos IPSIS LITTERIS a recomendação insita no presente relatório, por meio da CI SUREG nº 1806, desta data. de osvaldo.pateiro em 26/05/2010 como Solucionado Após a manifestação conclusiva da Sureg/CE, consideramos o item solucionado, desde que façam uso da "Cartilha" mencionada na descrição da disfunção relatada neste trabalho.
	675 - A conta, em 31/12/2009, apresentava o saldo de R\$4.773.616,70, registrado na UG 135115 - Sureg/CE, nominalmente distribuídos por CPF, entre 22 correntistas. Os depósitos/pagamentos foram disponibilizados mediante solicitações da Proge e Proré a área financeira, por meio de PRF-Pedido de Recursos Financeiros ou ainda, por meio bloqueio judicial em conta corrente da Conab. O quadro a seguir foi, elaborado por ordem de CPF/nominalmente, demonstrando essas pendências. O	675.1 - Recomendamos a verificação do processo de Francisco Arnaldo Rodrigues de Souza considerando o expressivo valor de R\$3.327.072,81 nessa Sureg/CE. Recomendamos à Sureg/CE solicitar à Proré a comprovação desses Ativos para que sejam identificados e corrigidos de acordo com as prerrogativas estabelecidas na Lei n.º 11.638 e Lei n.º 6.404/76.	de marcelino.viana em 25/05/2010 como Pendente A regularização do valor acima ainda não se tornou possível pela falta de comprovação dos levantamentos efetuados pela Proré diante da falta de acesso aos processos em sua plenitude, vez que alguns se encontram arquivados ou em poder do juiz da vara de execução. A

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>quadro contém um registro no valor de R\$3.327.072,81, para Francisco Arnaldo Rodrigues de Souza e Outros, onde questionamos a falta de informações sobre a documentação pertinente ao depósito em poder da justiça. Os esclarecimentos para consulta deverão partir da busca no processo por intermédio da Prore/CE. Na análise documental das Conformidades Contábeis, da Sureg/CE, constatamos inconsistências visto não haver outro comprovante além dos PRF's encaminhados pela Área Jurídica. Não há retorno do comprovante/documento da Prore para a área contábil/financeira, o que inviabiliza classificar a natureza da despesa para o emprego dessas verbas. Apenas com os PRF's a Companhia fica vulnerável pela ausência de suporte documental. Esses valores encontrados no Ativo e anotados em folhas de conciliação, não receberam as correções previstas na Lei n.º 11.638, de 28/12/2007, " Critérios de Avaliação do Ativo", que altera e revoga o inciso VIII, art.183 Lei n.º 6.404/76, que passa ter a seguinte redação: " Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, os demais ajustados quando houver efeito relevante." É prerrogativa de advogados e/ou detentores de procuração a retirada de documentos nos processos judiciais, mediante cópias autenticadas, que deveriam ser remetidas para as providências pertinentes nas Gerências. Ao longo dos últimos anos a Audin vem se posicionando, insistentemente, na busca por comprovação documental para dar suporte às conformidades contábeis e aos registros e/ou baixas contábeis dos Depósitos Judiciais . No entanto, não vem obtendo retorno das Prores. Sob o ponto de vista legal (Lei n.º 11.638/2007), as áreas envolvidas não podem negligenciar a obrigação de efetivamente corrigir os valores.</p>		<p>contabilidade continua no aguardo do encaminhamento das cópias de todos os alvarás correspondentes aos ativos em questão.</p> <p>de antonio.lima em 30/06/2010 como Pendente</p> <p>A verificação do processo de Fco.Arnaldo Rodrigues de Souza deve ser tratado em separado. Sobre esse processo não existe informações concretas que se possa avaliar a destinação do Depósito. Continua Pendete</p> <p>de marcelino.viana em 06/07/2010 como Pendente</p> <p>Informamos que já foram identificados os destinos dos valores que ainda se encontram em nome de Francisco Arnaldo Rodrigues de Souza mediante levantamento dos alvarás de liberação. Os lançamentos contábeis, no entanto, necessitarão de análise prévia em face das correções ocorridas no período, para que se chegue ao montante real a ser baixado. A respectiva pendência será regularizada no decorrer deste mês.</p> <p>de osvaldo.pateiro em 06/07/2010 como Pendente</p> <p>Tendo em vista que a manifestação da Sureg/CE não é conclusiva quanto a regularização definitiva da disfunção apontada, manteremos o item pendente até sua conclusão e manifestação dessa Sureg/CE</p> <p>de francisco.dantas em 04/08/2010 como Pendente</p> <p>A o valor registrado na conta pertencente ao empregado FRANCISCO ARNALDO</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>RODRIGUES DE SOUSA foi devidamente reclassificado através da 2010NL004921, de 13.07.2010, UG-135.115, portanto não existe mais pendência com relação ao aludido empregado.</p> <p>de osvaldo.pateiro em 04/08/2010 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/CE, consideramos o item solucionado.</p>
18/2010 - (ACG) - SUREG CE/CE - SUPAB/DF -	<p>786 - Em relação ao marco regulatório, cabe colocar em evidência a necessidade de que sejam estabelecidas normas claras, objetivas, didáticas e que não ensejem interpretações dúbias (esta não é uma disfunção somente do Programa de Vendas em Balcão, mas também de outras atividades operacionais e administrativas). A regulação, fiscalização e o controle interno são pressupostos básicos para a eficiência, eficácia e economicidade das intervenções dessa natureza. Conforme definido no normativo prevalecente, a justificativa que fundamenta a operacionalização do Programa de Vendas em Balcão é que a iniciativa permite que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, em igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes compradores, usuários tradicionais do sistema de compras por meio de pregões públicos. O pressuposto básico que sustenta essa justificativa reside no fato de que o pequeno criador, por não possuir capital de giro e nem tampouco condições de acesso às linhas de crédito, é impossibilitado de manter estoques de insumos. Com o acesso, via programa, aos estoques governamentais, o pequeno criador e/ou agroindústria, consoante os fundamentos do programa, terá condições de alavancar o seu empreendimento, evitando, por consequência, o êxodo rural. Dentro desse contexto, é de todo oportuno que alguns aspectos de maior relevância sejam trazidos à baila, como a definição clara e objetiva do perfil do cliente que o programa pretende beneficiar, levando em consideração o tamanho da propriedade e o seu exato objetivo (hoje, embora caracterizada como pequena propriedade, muitos desses empreendimentos fazem parte de um complexo familiar de renda elevada – pelos</p>	<p>786.1 - a) que a Dirab/Supab reveja os atuais normativos, estabelecendo critérios mais claros e objetivos, como também a exata caracterização da clientela em potencial (principalmente no caso de pequenos criadores) apta a participar do programa, levando-se em consideração o módulo rural relacionado ao conceito de propriedade familiar, de que trata o inciso II, do artigo 4.º da Lei 4.504/64. b) que a Dirab/Supab defina os coeficientes para o cálculo da cota máxima para os demais clientes do programa.</p>	<p>de francisco.dantas em 07/10/2010 como Pendente</p> <p>O atendimento deste item (786) e dos subitens "a" e "b" estão diretamente sob a responsabilidade da DIRAB/SUPAB na MATRIZ, pois quem estabelece os Normativos do Programa Venda em Balcão é aquela Diretoria.</p> <p>de dalmo.vieira em 07/10/2010 como Pendente</p> <p>A matéria abordada no item 786.1, alíneas "a" e "b" devem ser respondidas pela Supab, conforme recomendado no relatório.</p> <p>de dalmo.vieira em 17/11/2010 como Solucionado</p> <p>Foram adotadas providências por parte da DIRAB/SUPAB, por meio da CI Circular DIRAB/SUPAB N.º 1387, de 09.11.2010, em seus itens 1, 2 e 5.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>padrões regionais, caracterizando como uma atividade apenas suplementar). Para esses proprietários, não há o perigo do “êxodo rural” que fundamenta a justificativa da existência do programa. Por outro lado, constata-se a existência de propriedades ligadas ao programa que apresentam mecanização moderna de exploração, suporte técnico de profissionais do setor, e que apresentam produtividade bem superior a de uma simples e pequena propriedade rural (como exemplo, mencione-se a produção diária em torno de 2.000 litros de leite, com produtividade per capita de 30 litros/dia). Mencione-se, ainda, algumas incongruências que permeiam as normas consubstanciadas no Comunicado CONAB/MOC N.º 13/2010, a exemplo da inserção, no rol de clientes, de varejistas da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP. A alínea “a” do Item 8 do citado normativo estabelece, entre os fatos que caracterizam desvios de finalidade, a “venda e/ou doação do produto para terceiros”. O varejista exerce uma atividade comercial, ou seja, de compra e venda, e a aquisição do produto no âmbito do programa tem como finalidade, naturalmente, a comercialização em seu estabelecimento. Constatou-se que, para os criadores, foram estabelecidos, conforme mencionado anteriormente, coeficientes de consumo médio (no caso vertente, o milho em grão) para os respectivos segmentos, os quais são tomados como base para o cálculo da cota máxima por cliente. E os demais beneficiários contemplados no item “4” do normativo? Como definir a cota máxima? É uma questão a ser definida pela Superintendência de Programas Institucionais Sociais de Abastecimento -Supab/Dirab. Relativamente ao rol de produtos de pauta, verifica-se que os limites de compras estabelecidos situam-se em patamares que suscitam dúvidas sobre a capacidade de um criador e/ou agroindústria, enquanto caracterizada como de pequeno porte, em absorver mensalmente os referidos quantitativos. Como exemplo mencione-se o caso do arroz em casca (rendimento médio, após processamento, em torno de 58% a 62%, no caso de safra mais atualizada), cujo volume de 100 toneladas excede a capacidade produtiva mensal de uma agroindústria, caracterizada como de pequeno porte. Diante do exposto, recomenda-se:</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>787 - No que se refere à aderência normativa, as questões a seguir explicitadas necessitam de esclarecimentos por parte dos órgãos envolvidos. A alínea “a” do item “4” do Comunicado CONAB/MOC n.º 13/2010, elenca os seguintes clientes como criadores: “bovinocultores, suinocultores, avicultores, ovinocultores, bubalinocultores e coturnicultores”. Entretanto ao analisar os cadastros, constatou-se que, na contagem do plantel para definição da cota, está incluído “equinos”, contrariando o disposto no marco regulatório. Por outro lado, foi verificado a existência de cadastros datados de mais de 4 anos o que, em relação à realidade atual, o perfil já não é mais o mesmo. Já a alínea “b” do item “4” do citado normativo relaciona, como clientes do programa as “federações de agricultura e pecuária, sindicatos rurais, associações de classe e cooperativas (todos prepostos dos beneficiários diretos: criadores e agroindústrias de pequeno porte), voltados para o atendimento do público alvo descrito na alínea “a” anterior, para o caso exclusivo de retirada do produto vendido”. Ao contrário do normativo citado, a Regional mantém cadastro e promove a comercialização direta com Associações Comunitárias (que realizam, inclusive, o pagamento direto como pessoa jurídica), o que contraria o disposto no citado normativo. Diante do exposto, recomenda-se:</p>	<p>787.1 - a) que a Sureg-CE promova o recadastramento dos clientes com cadastros antigos, com a consequente identificação dos segmentos explorados e contagem do plantel atual, para efeito de redefinição de cota. No caso de plantel de equinos, este deve ser excluído, para efeito de cálculo da cota, por não constar no normativo prevalecente;</p>	<p>de francisco.dantas em 07/10/2010 como Pendente</p> <p>Esta Superintendência Regional expediu a CI N.º 3588, de 22.09.2010, destinada a todas Unidades Armazenadoras com as seguintes orientações: a) Quantos cadastros antigos precisam ser atualizados/fiscalizados? b) Quantos são os cadastros novos e quantos deles necessitam de fiscalização in loco? c) Informar se essa Unidade teria condições de realizar com pessoal próprios o recadastramento e fiscalização previstos nos itens</p> <p>de em 07/10/2010 como Pendente</p> <p>c) Informar se essa Unidade teria condições de realizar com pessoal próprio o recadastramento e fiscalização previstos nos itens acima. Outrossim, e ainda com o intuito de atender à recomendação acima e àquela constante do item 787.2, solicitamos que essa Unidade adote de imediato as seguintes medidas: d) Excluir o plantel de equinos para efeito de definição da cota de milho para os criadores; e e) Suspender de imediato as vendas de milho para as associações representativas de criadores/produtores, passando a transacionar diretamente com os criadores individualmente com base em seus cadastros. FRANCISCO DE PAIVA DANTAS Superintendente Regional</p> <p>de dalmo.vieira em 08/10/2010 como Solucionado</p> <p>providências acatadas. A efetividade dos procedimentos adotados será avaliada na próxima visita de auditoria.</p>
		<p>787.2 - b) que a Sureg-CE suspenda de imediato as vendas às associações representativas, passando a transacionar diretamente com os</p>	<p>de em 08/10/2010 como Solucionado</p> <p>Acatado, tendo em vista que a Sureg Ceará passa</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
		criadores associados, mediante a elaboração dos cadastros individuais.	<p>a cumprir o disposto na alínea "a" do item 4 do COMUNICADO CONAB/MOC N.º 013, DE 14.5.2010, conforme providências adotadas por meio da CI/SUREG/CEARÁ n.º 3588, de 22.9.2010. A efetividade do cumprimento dessas providências será avaliada na próxima visita de auditoria.</p> <p>de francisco.dantas em 08/10/2010 como Pendente</p> <p>A Superintendência Regional do Ceará, acatando a recomendação dos Senhores Auditores, expediu a CI/SUREG/CEARÁ n.º 3588, de 22.09.2010, suspendendo de imediato as vendas de milho para as associações representativas de criadores/produtores, passando a transacionar diretamente com os criadores individualmente com base em seus cadastros.</p>
	788 - A certificação relativa aos cadastros é feita pela EMATER-CE. Entretanto, essa iniciativa não está amparada por um convênio e/ou acordo de cooperação, que defina explicitamente os direitos e deveres das partes. Nesse sentido recomenda-se:	788.1 - a) que a Dirab/Supab oriente, não só a Sureg-CE, como as demais congêneres, no sentido de formalizarem acordos de cooperação com as EMATERs Estaduais ou outras entidades representativas, objetivando a certificação dos cadastros e promoção de outras ações julgadas oportunas no âmbito do Programa; b) que a Dirab/Supab defina a periodicidade que os cadastros devam ser reavaliados.	<p>de em 07/10/2010 como Pendente</p> <p>Expedimos a CI SUREG CEARÁ n.º 3589, de 22.09.2010, destinadas à GEOPE, com a seguinte orientação: Com o propósito de cumprir a recomendação da AUDIN, constante Relatório de Auditoria n.º 18, item n.º 788.1, solicitamos que essa Gerência mantenha contatos preliminares com o corpo técnico da EMATERCE a fim de verificar a possibilidade de podermos contar com a ajuda técnica dos escritórios daquela empresa existentes no interior do estado, de modo que possamos obter a certificação dos cadastros dos pequenos criadores, bem como promover outras ações oportunas para o bom andamento do Programa Venda em Balcão. Após os resultados, comunicar a esta Superintendência para fins de atender à Auditoria. FRANCISCO DE PAIVA DANTAS Superintendente Regional</p> <p>de luiz.campos em 13/10/2010 como Pendente</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório, posto que as alterações recomendadas ainda não foram de fato efetivadas.</p> <p>de luiz.campos em 14/10/2010 como Pendente</p> <p>Em que pese a informação do auditado, de 14/10/10, não foi apresentado à equipe de auditores documento de formalização do acordo de cooperação com a Emater-CE definindo a atuação do órgão na certificação dos cadastros e promoção de outras ações no âmbito do Programa Vendas em Balcão, incluindo a revisão periódica das informações cadastrais, razão pelas quais manteremos o "status" de pendente para este item.</p> <p>de em 14/10/2010 como Pendente</p> <p>A Gerência de Operações - GEOPE, através do Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEPAB, atendendo a nossa CI/SUREG/CEARÁ n.º 3589, de 22.09.2010, apresentou a seguinte resposta: "Em resposta a CI/SUREG/CEARÁ n.º 3589, anexa, que trata do item 788.1 do Relatório da Auditoria n.º 18, temos a informar que em gestões passadas, foi realizada uma reunião envolvendo o SUREG-CE, GEOPE e SEPAB, com o Presidente da EMATER-CE, Dr. Philipe Theophilo Norttin e o Deretor Técnico Dr. Walmir Severo Magalhães na sede da Secretaria de Agricultura do Ceará, onde foi firmada a parceria com aquele órgão, no sentido de dar todo suporte técnico que fosse necessário para aferição do plantel declarado pelos criadores, bem como a certificação no Sistema de Cadastro Técnico do Programa de Vendas em Balcão. No entanto, confirmamos que até a presente data, todos os escritórios</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>locais da EMATER-CE nos interiores do Estado do Ceará ainda permanecem nos dando apoio técnico necessário para a condução do programa em referência". FRANCISCO JOSÉ FREITAS BARBOSA Encarregado do SEPAB JOSÉ AFONSO CAVALCANTE Gerente de Operações</p>
	<p>789 - A alínea "e" do item "6" do MOC n.º 13/2010 estabelece que o preço de venda deve ser "compatível com o mercado, posicionando-se em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído...". Já a subalínea "e.3" do mesmo normativo prescreve que, "no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 (trinta) dias corridos, o preço a ser praticado não poderá ser inferior ao preço constante na publicação "Acompanhamento Semanal de Preços", editados pela Conab..." O preço compatível com o mercado significa "que possa coexistir", "harmonizável", "conciliável". O normativo prescreve, ainda, que os posicionamentos dos preços estejam situados em níveis que não gerem concorrência ao segmento vendedor tradicionalmente constituído. Conforme demonstrado nas planilhas do Capítulo IX (CENÁRIO CONJUNTURAL DO PROGRAMA VENDAS EM BALCÃO NO ÂMBITO DA SUREG/CE), o preço atualmente praticado pela Conab é de R\$22,14 o saco de 60 Kg (a Conab conseguiu isenção do ICMS para vendas a pequenos criadores), enquanto que o custo real médio é de R\$49,97 (mínimo de R\$33,01 para a safra 2008/2009, e máximo de R\$82,46 para a safra 2009/2009), evidenciando um subsídio, na forma de equalização, em torno de R\$27,83 por saco. Por outro lado, o preço médio praticado atualmente pelo mercado situa-se em torno de R\$31,00, evidenciando que o preço praticado pela Conab é inferior em 27,70%. A propósito, verifica-se que o preço de custo real para a safra 2009/2009 na UA Sobral é expressivamente superior aos das demais unidades, razão pela qual deve ser objeto de reavaliação dos registros. Em face da frustração da safra 2009/2010 (o preço médio no atacado aumentou, de jan/2010 para jun/2010, em torno de 20%), e ainda o nível de preço praticado pela Conab, houve um aumento exacerbado de pedidos de cadastramento para inserção ao programa (quase 2.500 novos cadastros), e que está</p>	<p>789.1 - a) que Dirab/Supab, em interação com a Sureg-CE, reavalie o preço atualmente praticado, pois o nível que está atualmente posicionado vem contribuindo para o aumento exacerbado do volume de clientes, e, para o qual as unidades não estão preparadas para atender com a eficiência e a celeridade necessárias, criando assim, um ambiente propício a eventuais desvios de finalidade do programa;</p>	<p>de francisco.dantas em 07/10/2010 como Pendente</p> <p>Em aditamento a informação da DIRAB, mencionada anteriormente, informamos que foi feito realinhamento dos preços do milho através do FAX/DIRAB/SUPAB n.º 1239, de 28.09.2010.</p> <p>de dalmo.vieira em 07/10/2010 como Solucionado</p> <p>Resposta acatada.</p> <p>de em 07/10/2010 como Pendente</p> <p>Expedimos a CI SUREG CEARÁ N.º 3590, de 22.09.2010, destinada à GEOPE, com o seguinte teor: Com o propósito de cumprir a recomendação da AUDIN, constante do Relatório de Auditoria n.º 18, item n.º 789.1, solicitamos que essa Gerência reavalie o preço atual praticado para as vendas de milho em balcão, tendo em vista a sua discrepância em relação aos preços praticados pelo mercado e em face do exacerbado aumento na demanda por parte dos criadores e da pouca disponibilidade de estoques existentes na SUREG/CE. Após a avaliação dessa Gerência, o assunto deverá ser submetido à apreciação da DIRAB/SUPAB. FRANCISCO DE PAIVA DANTAS Superintendente Regional A DIRAB já deliberou que o preço do milho a vigorá a partir de 04.10.2010 é de R\$28,50 a saca de 60 quilos.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>gerando descontentamento, em vista do atraso na aprovação e liberação das vendas, volume de produto insuficiente para suportar a demanda, aliado à falta de estrutura administrativa das Unidades Armazenadoras para atender com presteza a grande quantidade de interessados e, ao mesmo tempo, desincumbir-se das tarefas burocráticas. A propósito, os procedimentos de aprovação de novos cadastros e a autuação dos processos estão demandando um prazo de até 90 dias. Essa questão foi discutida em reunião entre a equipe de auditores internos e o corpo gerencial, e também objeto de Solicitação de Auditoria n.º 004/2010, que solicitou à Sureg-CE a adoção de medidas saneadoras, inclusive um mutirão na área responsável pela autuação dos processos. Essa é uma questão que merece ser colocada na ordem de prioridades, por se constituir em risco para a imagem da empresa. Sobre esse fato, denúncias foram formuladas por criadores (demora na liberação do cadastro e falta de produto e/ou quantidade insuficiente), tendo a equipe de auditores internos constatado “in loco” o tumulto e a insatisfação dos criadores na UA Sobral. A prevalecer esse cenário, e mantido o preço atualmente praticado, poderá haver uma ruptura no processo de gestão por conta da absoluta incapacidade da Sureg-CE em atender o nível de demanda que vem se potencializando, em vista da ineficiência quanti-qualitativa de pessoal, deficiências no processo de gestão, recursos tecnológicos insuficientes e falta de instrumentos de controle e acompanhamento eficazes. Nesse sentido, o simples aumento do volume de milho removido para a área de jurisdição da Regional não irá resolver, de per si, a questão, pelas razões fáticas anteriormente apontadas. Em vista do exposto, recomenda-se:</p>		
		<p>789.2 - b) que Dirab/Supab interaja com a área de remoção, no sentido de eliminar os eventuais gargalos surgidos no decurso da operação de remoção do milho. A propósito, a entrada do produto no Estado do Ceará através de Caminhões Bitrem gerou problemas de retenção e multa aos transportadores, em vista da vedação de trânsito de veículos dessa natureza nas rodovias estaduais (problema que já está sendo equacionado junto às autoridades estaduais);</p>	<p>de em 14/10/2010 como Pendente</p> <p>Esta Superintendência Regional, na pessoa do Sr. Francisco de Paiva Dantas, fez gestões junto ao Governador do Estado do Ceará enfatizando o estado de seca que assola o nosso Estado e objetivando não paralisar o Programa de Venda de Milho em Balcão aos pequenos criadores, que por não ter havido inverno e não tendo acesso a alimentação do seu rebanho é imprescindível</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>que os caminhões bitrem (quase com 40 toneladas) trafegassem livremente pelas estradas estaduais. Prontamente fomos atendidos pelo Corobel Studart da Polícia Rodoviária do Estado do Ceará. O problema está solucionado.</p> <p>de luiz.campos em 14/10/2010 como Solucionado</p> <p>Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.</p>
		<p>789.3 - c) que a Sureg-CE adote todas as providências no sentido de proporcionar maior celeridade na análise, aprovação, autuação e início, se for o caso, do processo de venda, evitando desgastes e prejuízos à imagem da Companhia. É de todo oportuno estabelecer protocolo de entrada dos cadastros, objetivando o acompanhamento dos prazos efetivos de tramitação, além de evitar o surgimento de denúncias sobre liberação de compra para clientes que deram entrada em datas posteriores às de outros interessados;</p>	<p>de em 08/10/2010 como Pendente</p> <p>A Superintendência Regional do Ceará, através da CI/SUREG/CEARÁ n.º 3591, de 22.09.2010, instruiu aos Gerências de Operações - GEOPE e a Gerência de Finanças e Administração, conforme abaixo: Com o propósito de cumprir a recomendação da AUDIN, constante do Relatório n.º 18, item n.º 789.3, solicitamos que essas Gerências adotem imediatas providências no sentido de acelerar a análise, aprovação, autuação e liberação dos processos relativos ao cadastramento dos pequenos criadores do Programa de Venda de Milho em Balcão, com o objetivo de evitar desgastes e prejuízos à imagem da Companhia pelos atrasos observados na tramitação desses processos até o início das vendas para o criador. Adicionalmente, solicitamos manter um rigoroso controle da entrada da documentação referente ao cadastramento e consequentemente acompanhar os prazos de tramitação dos processos a fim de evitar o início das vendas para clientes que deram entrada na documentação posteriormente a outro cliente que ainda esteja aguardando a sua chance de adquirir a mercadoria. FRANCISCO DE PAIVA DANTAS Superintendente Regional</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>de luiz.campos em 13/10/2010 como Pendente</p> <p>Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório, posto que as alterações recomendadas ainda não foram de fato efetivadas.</p> <p>de francisco.dantas em 08/11/2010 como Pendente</p> <p>A Gerência de Operações - GEOPE, através do Técnico que dá suporte ao X-fac, assim se manifestou: "Segue anexo FICHA KARDEX relativo ao produto quando a granel e ensacado. São diversas agregações de despesas que consequentemente sobrecarrega o custo do produto dependendo de cada armazém, algumas lançadas no Estado de origem do produto e importadoas no ato do lançamento da nota fiscal de remoção. Daí o motivo pelo qual os custos não são iguais para todos os armazéns". (Elpidio Gomes de Oliveira - Técnico do SEPAB).</p> <p>de dalmo.vieira em 08/11/2010 como Pendente</p> <p>O item continua pendente, porquanto a resposta oferecida pela Sureg refere-se ao item 789.4.</p> <p>de francisco.dantas em 12/11/2010 como Pendente</p> <p>Existe, hoje, no Setor Administrativo - SETAD, um total de 368 cadastros aptos para serem autuados em forma de processos. O encarregado do Setor colocou 04 (quatro) funcionários para executarem exclusivamente essa atividade, tendo uma produção diária de 50 (cinquenta) processos devidamente autuados. Contudo, na medida em que as Unidades estão remetendo novos cadastros o ritmo de trabalho é intensificado</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>com mais 03 (três) empregados, perfazendo um total de 07 (sete) empregados envolvidos somente nesse procedimento.(Fonte: GEFAD/SETAD).</p> <p>de dalmo.vieira em 17/11/2010 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista as providências adotadas pela Sureg, consideramos como atendida a recomendação, sem prejuízo de verificação nas próximas auditorias.</p>
		<p>789.4 - d) que a Sureg-CE analise o preço de custo registrado para a safra 2009/2009 da UA Sobral, no valor de R\$1,3674 o Kg e R\$82,04 o saco de 60 Kg (conforme inventário posicionado em 7/7/2010), em face da expressiva diferença em relação aos valores precificados para outras unidades.</p>	<p>de em 08/10/2010 como Pendente</p> <p>Expedimos a CI/SUREG/CEARÁ n.º 3592, de 22.09.2010, destinada a GEOPE a qual transcrevemos abaixo: Com o propósito de cumprir a recomendação da AUDIN, constante do Relatório de Auditoria n.º 18 item 789.4, solicitamos que essa Gerência avalie o preço de custo do milho, registrado para a safra 2009/2009, da UA/SOBRAL, no valor de R\$1,3674/quilo e R\$82,04/saco de 60 kgs, conforme inventário posicionado em 07.07.2010, dada a sua expressiva diferença em relação aos valores registrados para as outras Unidades. FRANCISCO DE PAIVA DANTAS Superintendente Regional</p> <p>de luiz.campos em 13/10/2010 como Pendente</p> <p>Em que pese a resposta oferecida pelo auditado, manteremos este item com “status” de pendente até a conclusão do procedimento de avaliação do preço de custo do milho.</p> <p>de em 08/11/2010 como Pendente</p> <p>A Gerência de Operações - GEOPE, através do Técnico que dá suporte técnico ao X-fac, assim</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>afirma: "Segue anexo FICHA KARDEX relativo ao produto quando a granel e ensacado. São diversas agregações de despesas que consequentemente sobrecarrega o custo do produto, dependendo de cada armazém, algumas lançadas no Estado de origem do produto e importados no ato do lançamento da nota fiscal de remoção. Daí o motivo pelo qual os custos não são iguais para todos os armazéns". (Elpídio Gomes de Oliveira - Técnico do SEPAB).</p> <p>de francisco.dantas em 08/11/2010 como Pendente</p> <p>A Gerência de Operações - GEOPE, através do Técnico que dá suporte ao X-fac, assim se manifestou:"Segue anexo FICHA KARDEX relativo ao produto quando a granel e ensacado. São diversas agregações de despesas que consequentemente sobrecarrega o custo do produto dependendo de cada armazém, algumas lançadas no Estado de origem do produto e importadoas no ato do lançamento da nota fiscal de remoção. Daí o motivo pelo qual os custos não são iguais para todos os armazéns". (Elpídio Gomes de Oliveira - Técnico do SEPAB).</p> <p>de dalmo.vieira em 17/11/2010 como Pendente</p> <p>Tendo em vista a grande disparidade entre o preço de custo do produto na unidade de Sobral e das demais unidades para a mesma safra e orgiem, é imperioso que a Sureg promova consulta às áreas da Matriz, de forma a esclarecer quais as despesas e respectivos valores que foram agregados ao preço do produto.</p> <p>de em 17/11/2010 como Pendente</p> <p>A matéria continua pendente</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>790 - Ainda sobre a operacionalização do Programa de Vendas em Balcão no contexto das ações estruturantes levadas a efeito na região, é oportuno trazer à baila o Programa Territórios da Cidadania, criado pelo Governo Federal, e que reúne 120 territórios e 1.852 municípios. A característica comum dos municípios que compõem os referidos Territórios, é a situação de pobreza e o baixo dinamismo econômico, com uma alta concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e comunidades indígenas. No âmbito do Estado do Ceará foram delimitados 6 Territórios da Cidadania, englobando 102 municípios, a saber: Conforme demonstrado, as áreas de abrangência de atendimento por parte das unidades de Maracanaú e Russas não fazem parte dos Territórios da Cidadania. O pressuposto básico que norteia a operacionalização do programa de vendas em balcão, é o de assegurar às pequenas propriedades rurais - impossibilitadas, por questões estruturais e limitações financeiras ao acesso aos leilões públicos e manutenção de estoques de insumos – a oferta regular de insumos necessários ao desenvolvimento do seu negócio e inibindo, por consequência, o êxodo rural. Diante dessa iniciativa governamental, qual seja, a de selecionar as áreas de maior densidade do público alvo e de atuar de forma conjunta – não só por meio de seus órgãos, como também com a participação efetiva dos Estados e do Municípios , recomenda-se:</p>	<p>790.1 - a) que a Dirab/Supab, em interação com as demais áreas voltadas aos estudos de mercado e análise de conjuntura, promova avaliação no sentido de estudar a viabilidade de direcionar e priorizar o programa de vendas em balcão para as pequenas propriedades rurais localizadas no âmbito dos Territórios da Cidadania. O referido estudo deve contemplar, naturalmente, a revisão da clientela beneficiária do programa, dentro da celeridade requerida;</p>	<p>de francisco.dantas em 08/10/2010 como Pendente</p> <p>Caberá a DIRAB/SUPAB atender a recomendação da Auditoria.</p> <p>de luiz.campos em 13/10/2010 como Pendente</p> <p>Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta do auditado não atender à recomendação da auditoria.</p>
		<p>790.2 - b) que Dirab/Supab, caso acate a recomendação consubstanciada no item “5”, defina objetivamente os parâmetros (§ 1.º, item VIII do artigo 3.º do Decreto N.º 6.447, de 7 de maio de 2008) e critérios para o programa, não só sob o ponto de vista dos aspectos da operação, como também aqueles que definam, de forma clara e objetiva, qual o perfil dos clientes aptos a participarem do processo e, como medida de transparência, a motivação fática respectiva.</p>	<p>de francisco.dantas em 08/10/2010 como Pendente</p> <p>A recomendação deverá ser respondida pela DIRAB/SUPAB.</p> <p>de luiz.campos em 13/10/2010 como Pendente</p> <p>Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório.</p>
	<p>794 - É oportuno colocar em evidência os pontos a seguir explicitados, comuns às unidades visitadas e que devem ser considerados no rol de prioridades das ações voltadas à eficiência e eficácia do processo administrativo e</p>	<p>794.1 - a) quanto à operação do sistema x-FAC, que a Sureg-CE, sempre que necessário, promova reuniões com os empregados que operam o sistema nas Unidades Armazenadoras,</p>	<p>de francisco.dantas em 08/10/2010 como Pendente</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>operacional. Deficiência quanti-qualitativa de pessoal A deficiência quanti-qualitativa de pessoal, principalmente frente às demandas técnico-administrativas voltadas à execução dos trabalhos relacionados à emissão de documentos, registros e controles, operação do x-FAC e Saagra, entre outras. Esta é uma questão que permeia não só à administração das unidades operacionais visitadas, como também as demais unidades do complexo armazenador. Operação do sistema x-FAC O pessoal das unidades visitadas ainda encontra, de uma maneira geral, certa dificuldade em operar o x-FAC, diante de problemas que poderiam ser solucionados de pronto, sem a necessidade de interromper as operações ou aguardar orientação da Sede da Regional. Recarga de extintores de incêndios versus segurança As unidades operacionais (excetuando a UA Maracanaú, localizada na região metropolitana de Fortaleza) convivem atualmente com um fator de risco de certa relevância, representado pela ausência de extintores nos armazéns, quando estes são enviados à Fortaleza para o processo de recarga. Deficiências na infraestrutura As deficiências verificadas nas dependências administrativas das Unidades Armazenadoras, tanto em termos de instalações e funcionalidade, como também das condições de conservação e/ou falta de móveis e equipamentos, merecem atenção por parte da administração da Sureg. Classificação dos estoques No caso do milho, único produto disponível na pauta do programa, é classificado somente na origem, aumentando, por conseguinte, os riscos advindos das operações dessa natureza. Isto posto, relativamente aos pontos colocados em evidência, é oportuno fazer as recomendações a seguir explicitadas.</p>	<p>oportunidade em que os técnicos da Sede da Regional que participaram de curso específico sobre a matéria dirimam as dúvidas e disseminem eventuais inovações;</p>	<p>Expedimos a CI/SUREG/CEARÁ n.º 3593, de 22.09.2010, destinada à Gerência de Operações - GEOPE, nos seguintes termos: Com o propósito de cumprir a recomendação da AUDIN, constante do Relatório de Auditoria n.º 18, item 794.1, solicitamos que essa Gerência efetue um levantamento, junto às Unidades Armazenadoras, das dificuldades que ora elas enfrentam para operacionalização o sistema de faturamento x-FAC, de modo a identificar a necessidade de treinamento dos empregados que operam o sistema e como poderá ser ministrado esse treinamento, se mediante reuniões ou por intermédio de instruções, contato que as dúvidas existentes fiquem totalmente dirimidas e superadas as dificuldades eventualmente enfrentadas. FRANCISCO DE PAIVA DANTAS Superintendente Regional</p> <p>de em 13/10/2010 como Solucionado</p> <p>Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.</p>
		<p>794.2 - b) quanto à recarga de extintores, recomenda-se que Sureg-CE viabilize alternativas que elimine essa disfunção, considerando a recarga local, extintores de reserva, entre outras;</p>	<p>de em 08/10/2010 como Pendente</p> <p>Expedimos a CI/SUREG/CEARÁ n.º 3594, de 22.09.2010, destinada à Gerência de Finanças e Administração - GEFAD, com a seguinte determinação: Com o propósito de cumprir a recomendação da AUDIN, constante do Relatório de Auditoria n.º 18, item 794.2, solicitamos que essa Gerência efetue um levantamento, junto às Unidades Armazenadoras, sobre a situação da recarga dos</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>extintores, de modo a evitar a ocorrência de extintores com carga vencida. Como se trata de uma questão crucial, de risco para as Unidades, seus estoques e sobretudo para os empregados, solicitamos a adoção de medidas desburocratizantes, a fim de promover a recarga dos extintores em tempo hábil, antes do vencimento da última carga. FRANCISCO DE PAIVA DANTAS Superintendência Regional</p> <p>de luiz.campos em 13/10/2010 como Solucionado</p> <p>Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.</p>
		<p>794.3 - c) quanto às deficiências na infraestrutura, que a Sureg-CE promova levantamento, no sentido de verificar e executar as adequações necessárias, considerando, naturalmente, a ordem de prioridades e a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros;</p>	<p>de francisco.dantas em 08/10/2010 como Pendente</p> <p>Expedimos a CI/SUREG/CEARÁ n.º 3595, de 22.09.2010, destinada à Gerência de Finanças e Administração - GEFAD, nos seguintes termos: Com o propósito de cumprir a recomendação da AUDIN, constante do Relatório de Auditoria n.º 18, item 794.3, solicitamos que essa Gerência efetue um levantamento nas Sede e nas Unidades sobre as deficiências da infraestrutura, de modo a adotar as providências para a execução dos serviços de adequação necessários, abrindo os processos pela ordem de prioridade dos serviços, para fins de solicitar a liberação dos créditos orçamentários/financeiros. FRANCISCO DE PAIVA DANTAS Superintendente Regional</p> <p>de luiz.campos em 13/10/2010 como Solucionado</p> <p>Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.
		794.4 - d) quanto à classificação dos estoques, considerando a forma de transporte (produto não ensacado), a modalidade de transporte utilizado e as longas distâncias percorridas, que a Sureg-CE promova a classificação do produto quando da recepção em suas unidades operacionais.	<p>de francisco.dantas em 08/10/2010 como Pendente</p> <p>Expedimos a CI/SUREG/CEARÁ n.º 3596, de 22.09.2010, destinada à Gerência de Operações - GEOPE, nos seguintes termos: Com o propósito de cumprir a recomendação da AUDIN, constante do Relatório de Auditoria n.º 18, item 794.4, solicitamos que essa Gerência adote as providências no sentido de proceder à classificação do milho quando da recepção desse produto nas Unidades Operacionais. FRANCISCO DE PAIVA DANTAS Superintendente Regional</p> <p>de luiz.campos em 13/10/2010 como Solucionado</p> <p>Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.</p>
	795 - Ainda sobre o programa ora focado, cabe ressaltar que a Superintendência instalou mais 2 postos de venda, localizados nos municípios de Tauá e Icó, a saber: 1. Município de Tauá : instalado em armazém que pertencia à Conab e vendido ao Governo do Estado. Não possui regularidade fiscal (Inscrição Estadual e CNPJ) e CDA, funcionando como pólo de venda da Unidade Armazenadora de Crateús. Consoante Ofício GAB N.º1.190/10, de 12/5/2010, endereçado ao Presidente da Conab, o Secretário Executivo da Educação do Governo do Ceará solicitou a continuidade do programa na região, em razão das condições adversas dos pequenos criadores, principalmente em função da quebra da safra de milho. Para tanto, autoriza a Companhia a estocar e promover a operacionalização do programa nas dependências do	795.1 - Recomenda-se à Dirab que adote as medidas necessárias, objetivando oficializar a autorização, se for o caso, para o funcionamento das Unidades em comento como pólos de vendas ou como Unidades Armazenadoras legalmente constituídas.	<p>de francisco.dantas em 08/10/2010 como Pendente</p> <p>Nas cidades de Icó e Tauá, a CONAB tem prédios com estrutura para operacionalizar o Programa de Venda em Balcão (milho). No caso de Icó, a Diretoria já deliberou pela sua reativação, porém, ainda, a exemplo de Tauá, estamos operando como Pólos de Vendas das Unidades de Iguatu e Crateús, respectivamente.</p> <p>de luiz.campos em 13/10/2010 como Pendente</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>armazém que a ela pertenceu, pelo período de maio/2010 a dezembro/2010. O Superintendente da Sureg-CE, por meio do Fax 283, de 26/5/10, solicitou à Presidência autorização para o uso do armazém como unidade satélite (pólo de vendas) da Unidade Armazenadora de Crateús, pelas razões fáticas apresentadas. Até o encerramento da auditoria não nos foi dado a conhecer se já houve manifestação da Presidência sobre o pleito. 2. Município de Icó : instalado em armazém próprio da Conab. Não possui regularidade fiscal (Inscrição Estadual e CNPJ) e CDA, e funciona como unidade satélite (pólo de vendas) da Unidade Armazenadora de Iguatu. Acatando proposição da Dirab contida no Voto Dirab N.º 25, a Diretoria Colegiada aprovou, em sua 946.ª Reunião realizada em 13/4/2010, a criação da Unidade Armazenadora de Caicó. Entretanto, até o momento não foi promovida a adoção das medidas subsequentes, objetivando a materialização oficial da unidade.</p>		<p>Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório, posto que as alterações recomendadas ainda não foram de fato efetivadas.</p>

Fonte: Audin/Gedop